



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM -CCH
PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**A CONDIÇÃO FEMININA NA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, RJ.**

DEISIMARA BARRETO PEIXOTO GOMES MORAES

**CAMPOS DOS GOYTACAZES /RJ
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

M827 Moraes, Deisimara Barreto Peixoto Gomes.

A CONDIÇÃO FEMININA NA PESCA ARTESANAL : UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ,RJ / Deisimara Barreto Peixoto Gomes Moraes. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

92 f. : il.

Bibliografia: 86 - 90.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2019.

Orientador: Marcelo Carlos Gantos.

1. MULHER . 2. TRABALHO. 3. PESCA ARTESANAL. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

**A CONDIÇÃO FEMININA NA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, RJ.**

DEISIMARA BARRETO PEIXOTO GOMES MORAES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos

CAMPOS DOS GOYTACAZES /RJ

2019.2

**A CONDIÇÃO FEMININA NA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, RJ.**

DEISIMARA BARRETO PEIXOTO GOMES MORAES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em 03 de outubro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos
Orientador
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof.^a Dr^a Silvia Alicia Martinez
Avaliadora Interna
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof.^a Dr^a Lilian Sagio Cezar
Avaliadora Interna
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof.^a Dr^a Maria Gabriela Scotto
Avaliadora Externa
Universidade Federal Fluminense - UFF

À Roseli, por me ensinar a lutar pelos meus sonhos.

À Maria Antônia por me ensinar a ser forte.

À Luiz Henrique pelo amor e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e aos professores do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais pelo compromisso com a educação de qualidade.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo investimento de recursos financeiros na formação de alto nível permitindo o avanço do conhecimento em prol da transformação da sociedade.

Ao Professor Marcelo Carlos Gantos, obrigada pela orientação ao longo da jornada na Pós Graduação, pela amizade, pelos conhecimentos compartilhados, aprendizagens construídas coletivamente, pelos incentivos em seguir adiante e avançar na perspectiva crítica do trabalho e cobrança de resultados que me fizeram despertar e crescer no campo acadêmico e pessoal.

À professora Silvia Alicia Martinez que acompanhou o meu ingresso na universidade na graduação em Ciências da Educação, reingresso na Pedagogia até os dias atuais. Obrigada por aceitar fazer parte da banca, pelo carinho, pelos puxões de orelha, pelas oportunidades e por toda aprendizagem.

À professora Lilian Sagio Cezar, obrigada pela aprendizagem ao longo da pós graduação, e por fazer parte da banca contribuindo efetivamente para reflexão crítica acerca do trabalho.

À professora Maria Gabriela Scotto, obrigada por aceitar gentilmente a fazer parte da banca e por todas reflexões e dicas construtivas.

Ao professor Geraldo Márcio Timóteo, obrigada pelos ensinamentos, pela oportunidade de fazer parte do Projeto Pescarte, confiar no meu trabalho, me permitir adentrar no universo da pesca artesanal nos sete municípios da bacia de campos, por toda experiencia, aprendizagem e trabalho desenvolvido no município de Quissamã.

Aos colegas do projeto Pescarte, obrigada por todo trabalho desenvolvido em equipe.

Ao projeto Mulheres na Pesca :Mapa de Conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas, obrigada pela oportunidade de me inserir nas comunidades pesqueiras como pesquisadora e despertar o olhar crítico e reflexivo acerca das questões relacionadas as mulheres que atuam na atividade pesqueira.

Aos colegas da equipe de pesquisa Suelen Ribeiro de Souza, Luceni Hellebrandit, Cintia Bach, Diego Carvalho Belo, Mariana Sena e Marcela Ribeiro da Silva, obrigada pela convivência e construção coletiva de novas aprendizagens.

Às mulheres que atuam na atividade pesqueira no município de Quissamã, obrigada pelo carinho e disponibilidade em todos os momentos.

À Francine de Souza Machado, obrigada pela parceria e amizade.

À Ana Paula Caputo, secretária do curso de Pós Graduação em Políticas Sociais, obrigada pela gentileza e atenção em todos os momentos.

Aos colegas de turma do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais, obrigada pelos debates desenvolvidos durante as disciplinas.

Aos familiares e amigos, obrigada pela compreensão nos momentos de ausência por conta dos estudos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE QUISSAMÃ	23
1.1- A transição da Cana de Açúcar ao Petróleo.....	24
1.2- As atividades petrolíferas e os impactos gerados na pesca artesanal do município de Quissamã	27
1.3 - A mitigação dos impactos por meio da atuação dos Projetos de Educação Ambiental	29
1.4- O Projeto Mulheres na Pesca: Mapa de Conflitos Socioambientais em Municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas.....	34
CAPÍTULO II - O PAPEL DA MULHER NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL.....	40
2.1 – A organização do trabalho das mulheres na sociedade de classe	40
2.2 - A atividade pesqueira no Brasil e os Dispositivos Legais.....	43
2.3– As mulheres no contexto da atividade pesqueira.....	47
2.4 – A Gestão Pesqueira no município de Quissamã.....	49
2.5 - A colônia de Pescadores de Quissamã	51
CAPÍTULO III - MULHERES QUE EXERCEM ATIVIDADES NA PESCA ARTESANAL EM QUISSAMÃ: PERFIS E NARRATIVAS.....	60
3.1 – A coleta de dados	60
3.2 - Perfil e narrativa das entrevistadas da comunidade da Barra do Furado (Selma, Tatiana e Sofia)	62
3.3- Perfil e narrativa das entrevistadas da comunidade de Beira de Lagoa (Claudia, Marta e Ana)	68
3.4- Perfil e narrativa das entrevistadas da comunidade do Centro (Angélica e Madalena)	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXO I	91

LISTA DE FIGURAS

Figura I- Localização do Município de Quissamã no Estado do Rio de Janeiro.....	23
Figura II - Representatividade de homens e mulheres na atividade pesqueira. Dados da Bacia Sedimentar de Campos e do município de Quissamã.....	33
Figura III - Fotografia do Grupo de Estudos do Projeto Mulheres na Pesca.....	37
Figura IV - Fotografia das Entrevistas de Campo no Município de Quissamã.....	37
Figura V - Fotografia da Formação em Georreferenciamento	38
Figura VI- Município de Quissamã.....	50
Figura VII- Fotografia da fachada atual da Colônia de Pescadores Z-27.....	55
Figura VIII - Fotografia da recepção da Colônia de Pescadores Z- 27.....	55
Figura IX - Fotografia da placa inaugural da Colônia de Pescadores Z-27.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesca artesanal na Bacia Sedimentar de Campos – RJ, pescadores do município de Quissamã PEA Pescarte, 2019.....	32
Tabela 2 - Média de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo.....	42
Tabela 3 - Pescadores (as) cadastrados (as) na Colônia Z 27.	53
Tabela 4 - Localização das Mulheres na atividade pesqueira a partir dos cadastros da colônia de Pescadores Z 27.....	53
Tabela 5 - Estrutura de Funcionamento da Colônia Z 27.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Etapas do Diagnóstico Participativo do PEA-BC.....	28
Quadro 2 - Problemas comuns aos pescadores de Quissamã /RJ.	29
Quadro 3 - Linhas de ação dos PEAs.	31
Quadro 4 - Objetivos específicos do projeto Mulheres na Pesca.	35
Quadro 5 - Evolução da Legislação Pesqueira.	45

LISTA DE ABREVIATURAS /SIGLAS

ANP – Agencia Nacional de Petróleo

PEA - BC – Projeto de Educação Ambiental da Bacia Sedimentar de Campos

PPGPS – Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais

E & P – Exploração e Produção

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FUNDENOR – Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEA- BC – Núcleo de Educação Ambiental da Bacia Sedimentar de Campos

OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo

PETROBRAS – Petróleo do Brasileiro S.A

PIB – Produto Interno Bruto

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

A CONDIÇÃO FEMININA NA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, RJ.

DEISIMARA BARRETO PEIXOTO GOMES MORAES

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos

RESUMO

O presente trabalho se propõe a estudar a condição feminina na atividade da pesca artesanal em Quissamã /RJ. O município pertencia a Macaé e emancipou-se em 1989 e está localizado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Possui um único distrito sede, ocupando uma área total de 712,9 quilômetros quadrados. A pesca artesanal é uma atividade econômica secular que perpassa gerações. Sua prática é fortemente marcada pela presença masculina, entretanto a presença feminina sempre aconteceu. Estudos e pesquisas têm mostrado uma crescente tentativa de viabilizar os trabalhos que as mulheres executam nas atividades da cadeia da pesca nos mais variados papéis. Os objetivos dessa pesquisa consistem em analisar os espaços que elas ocupam e como constituem suas rotinas laborais, focalizando no mundo da pesca artesanal enquanto sujeitos de direito. Como objetivos específicos que orientam a pesquisa, têm-se: i) identificar como as mulheres que atuam na atividade pesqueira se apropriam do trabalho; ii) verificar que posições elas exercem nesse contexto; iii) observar os papéis por elas desempenhados; e por fim, iv) descobrir a percepção construída por essas mulheres a partir de suas atividades. Após a fase preliminar de estudo bibliográfico e de consolidação do marco teórico e suas categorias de análise, foi desenvolvido o trabalho de campo que coletou dados primários a partir das técnicas de observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Esta pesquisa buscou ser uma contribuição aos estudos relacionados às mulheres que atuam na atividade pesqueira, em especial às que atuam em municípios do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas que são consideradas sujeito privilegiado no projeto de Pesquisa “Mulheres na Pesca”. Esta dissertação indagou como elas se percebem no cenário da pesca artesanal, como identificam sua realidade e lutam ou não pelo seu reconhecimento e emancipação social. Apesar de algumas ações coletivas e pequenos avanços registrados, o bem-estar social dessas mulheres se evidenciou comprometido estruturalmente pelo enraizamento de uma lógica dominante excludente num cenário complexo para democratização das relações de poder e melhoria das condições as quais estão inseridas. Em definitiva, dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho feminino deste setor produtivo consiste, dentre outras tarefas pendentes, em promover uma reflexão sobre os lugares de gênero que essas mulheres ocupam enquanto pescadoras e como esses se legitimam.

Palavras-Chave: Mulher, Trabalho, Pesca Artesanal

THE FEMALE CONDITION IN ARTISAN FISHING: A CASE STUDY IN THE CITY OF QUISSAMÃ, RJ.

DEISIMARA BARRETO PEIXOTO GOMES MORAES

Advisor: Dr. Marcelo Carlos Gantos

ABSTRACT

This work aims to study the female condition in artisanal fishing in Quissamã / RJ. The municipality belonged to Macaé and was emancipated in 1989 and is located in the Northern region of the State of Rio de Janeiro. It has a single headquarters district, occupying a total area of 712.9 square kilometers. Artisanal fishing is a secular economic activity that spans generations. Its practice is strongly marked by the male presence, however the female presence has always happened. Studies and research have shown an increasing attempt to make the jobs that women carry out in the activities of the fishing chain in the most varied roles possible. The objectives of this research are to analyze the spaces they occupy and how they constitute their work routines, focusing on the world of artisanal fishing as subjects of law. The specific objectives that guide the research are: i) to identify how the women who work in the fishing activity take ownership of the work; ii) verify what positions they have in this context; iii) observe the roles they play; and finally, iv) discover the perception constructed by these women from their activities. After the preliminary phase of bibliographic study and consolidation of the theoretical framework and its categories of analysis, fieldwork was developed that collected primary data based on participant observation techniques, semi-structured interviews and document analysis. This research sought to be a contribution to studies related to women who work in the fishing activity, especially those who work in municipalities in the North of the State of Rio de Janeiro and Baixadas Litorâneas, which are considered a privileged subject in the “Women in Fishing” research project. This dissertation asked how they perceive themselves in the scenario of artisanal fishing, how they identify their reality and fight or not for their recognition and social emancipation. Despite some collective actions and small advances recorded, the social well-being of these women was structurally compromised by the rooting of an exclusive dominant logic in a complex scenario for the democratization of power relations and improvement of the conditions to which they are inserted. In short, giving visibility and recognition to the female work of this productive sector consists, among other pending tasks, of promoting a reflection on the gender places that these women occupy as fishermen and how they legitimize themselves.

Key-words: Woman, Work, Artisanal Fishing

INTRODUÇÃO

Minha formação acadêmica se deu no âmbito das Ciências Humanas. Sou bacharel em Ciências da Educação e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Todo processo formativo ao qual fui inserida desempenhou um papel fundamental para minha compreensão de mundo. A partir da minha formação pude refletir enquanto sujeito histórico social e compreender as dinâmicas que regem a sociedade na qual estou inserida.

Nos primeiros anos após a minha formação, tive a oportunidade de atuar no ambiente da escola formal como professora das séries iniciais. Foram momentos de grandes aprendizagens. Em 2014 ingressei no Projeto de Educação Ambiental – PEA Pescarte como educadora socioambiental no âmbito do Licenciamento Ambiental para trabalhar em comunidades pesqueiras. A partir de então se iniciou a minha trajetória na Educação Ambiental.

Nesse sentido, o “PEA Pescarte” tem como objetivo a execução de ações de mitigação decorrentes da exploração e produção de petróleo e gás na Bacia Sedimentar de Campos (BC)¹, desenvolvidas pela Petrobras. Tem como foco as comunidades de pescadores artesanais circunscritas em sete municípios da Bacia, no Estado do Rio de Janeiro: Cabo Frio, Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Quissamã. (TIMÓTEO, 2016).

Ao ingressar no Projeto, conheci uma realidade distante das minhas vivências. Os processos formativos a respeito do licenciamento ambiental revelaram um modelo educacional crítico e reflexivo.

No ano de 2016 o projeto PEA Pescarte encerrou a sua primeira fase. Em 2017 ingressei no programa de Mestrado de Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e iniciei a participação no projeto de Pesquisa “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e

¹ A Bacia Sedimentar de Campos “é uma bacia sedimentar, uma formação natural com formato de bacia composta por substâncias químicas e restos de animais vegetais que acumulados centenas de ano deram origem a minerais como petróleo e gases naturais.”. (PETROBRAS, 2012. p.08).

baixada litorânea”. O referido projeto tem como principal objetivo elaborar uma cartografia dos conflitos socioambientais presentes em sete municípios da mesorregião das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro, tendo como sujeito privilegiado da pesquisa as mulheres pescadoras. Este mapa consiste no levantamento, caracterização descritiva, tipificação e publicização dos conflitos evidenciados na região, acompanhado de uma síntese analítica dos conflitos de gênero nos municípios de atuação do projeto PEA Pescarte.

A minha atuação como educadora socioambiental permitiu adentrar ao universo da pesca artesanal, conhecer mais de perto a história de vida, condição social a qual os pescadores (as) e familiares estão inseridos. A realidade vivenciada pelas mulheres que exercem atividade pesqueira chamou minha atenção a partir da convivência diária, por meio das mobilizações, de cursos, das atividades realizadas, dos relatos sobre as vivências, do cotidiano das mulheres e de outras particularidades como os diversos tipos de violência, que vinham à tona por meio de narrativas em conversas informais. A desvalorização, baixa autoestima e invisibilidade destas mulheres foram se revelando por meio da escuta sensível e da convivência, o que me despertou o interesse na investigação deste universo.

Para tanto, o projeto de pesquisa Mulheres na Pesca direcionou o arcabouço teórico e metodológico da pesquisa. Sendo assim, por meio dos textos estudados no grupo de pesquisa do projeto, da disciplina “Introdução Interdisciplinar aos estudos sobre mulheres e gênero”, oferecida no Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais - PPGPS, das atividades de campo, dos seminários, das participações em eventos relacionados à temática, da produção de artigos e resumos encontrei subsídios para compreender o modo como ocorrem as relações de gênero, que se estabelecem nestas comunidades e os conflitos decorrentes dos padrões desta relação.

Posto isto, a Constituição Federal de 1988 foi um marco normativo no processo de redemocratização para avanços no processo de criação de políticas direcionadas para as mulheres haja vista que para garantir o direito das mulheres é preciso avançar em políticas sociais com perspectivas de gênero, para garantia do pleno emprego e de políticas macroeconômicas baseadas nos direitos humanos (ALVES, 2016).

Alves (2016), em suas análises sobre os desafios da equidade de gênero² no século XXI, considera que no Brasil, embora se tenha uma das legislações mais avançadas do mundo, a igualdade de gênero não foi alcançada em todas as esferas. As mulheres avançaram em algumas áreas, como educação e proteção social, considerando que nos primeiros 450 anos da história do Brasil constituíam a maior parte da população analfabeta e recentemente ultrapassaram os homens em todos os níveis educacionais (inclusive mestrado e doutorado).

As mulheres formam a maioria das pessoas registradas no CADÚnico que permite acesso da população de baixa renda a vários programas sociais do Governo Federal e também são maioria entre as pessoas que recebem benefícios da previdência social. Por outro lado, continuam apresentando menores taxas de participação no mercado de trabalho, maiores níveis de informalidade nas relações trabalhistas e recebendo salários sistematicamente mais baixos que os homens (ALVES, 2016).

Compreender as formas de participação, organização e comportamento que motivam as mulheres que atuam na atividade pesqueira no município de Quissamã e como ocorrem as intervenções e regularidades sob a ótica das políticas públicas vai ao encontro do caráter interdisciplinar e reflete a proposta acadêmica do PPGPS desta Universidade que pondera aspectos de regulação e participação social democrática.

A pesca artesanal³ é uma atividade econômica secular que perpassa gerações. Sua prática é fortemente marcada pela presença masculina, ainda que a presença feminina sempre foi uma constante, em especial nas atividades de pré e pós captura do pescado. Estudos e pesquisas têm abordado de modo crescente, nos últimos anos, o

²A equidade de gênero está relacionada à igualdade substantiva de oportunidade entre os sexos na família e na sociedade, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Tratados Internacionais que seguiram a Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais, com o intuito de criar bases jurídicas que sejam demandadas na prática em três esferas inter-relacionadas, sendo elas: a erradicação das desvantagens socioeconômicas das mulheres; a luta contra os estereótipos, os estigmas e a violência; e o fortalecimento do poder de ação, de voz e de participação das mulheres. (ALVES, 2016)

³ Conforme a Lei n.11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras, a pesca artesanal é definida como modalidade de pesca comercial, realizada diretamente pelo pescador, autonomamente ou com auxílio do grupo familiar, em embarcações de pequeno porte. Em 2009, por meio da referenciada lei, nos seguintes termos do Art. 8º, a pesca é classificada como: I- comercial: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

fenômeno da pesca pela perspectiva de gênero, ressaltando os papéis e responsabilidade que as mulheres desempenham na cadeia produtiva da pesca, notadamente as múltiplas tarefas desenvolvidas tanto no âmbito da produção, quanto da reprodução familiar. A emergência destes estudos tem contribuído para a visibilidade do trabalho feminino na pesca também na esfera acadêmica. Neste sentido, a luta das mulheres por transformações e melhorias em suas relações de trabalho já era evidenciada na década de 1970 por Motta-Maués (1977) em seus estudos sobre o status da mulher em uma comunidade pesqueira. As construções sociais de gênero refletem nos modos pelos quais mulheres e homens participam das atividades produtivas e são reconhecidos pelos seus trabalhos, repercutindo de forma assimétrica em políticas de enfrentamento dos riscos, no acesso à direitos previdenciários e trabalhistas e no espaços de poder e tomadas de decisão. (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p.740)

Hirata et all (2009) consideram que a noção moderna de trabalho foi formalizada pela economia política clássica com uma definição antropológica para a qual “o trabalho se constitui como uma característica geral e genérica da ação humana, um ato onde o homem transforma a natureza, a matéria dando-lhes formas útil a vida”. (p.252) Nesse sentido, “as trocas entre homens e natureza reproduzem condições sociais de assalariado à medida que o assalariado trabalha sob controle do capitalista ao qual pertence o produto do seu trabalho”. (HIRATA et al, 2009, p.252).

No âmbito dos estudos de gênero, de forma pioneira Scott (1996) redefine as categorias trabalho e gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero [como] uma forma primeira de significar as relações de poder.” Nesse sentido, compreender a categoria trabalho nos estudos das relações de gênero é importante para identificar como se estabelecem socialmente as relações entre mulheres no contexto da pesca artesanal, objeto de nosso estudo de campo.

Em seus estudos sobre a Divisão Sexual do trabalho e as relações sociais de sexo, Kergoat (2009) considera que “as condições em que vivem homens e mulheres não são determinados por fatores biológicos, mas sobretudo por construções sociais à medida que a divisão social do trabalho é determinada por dois princípios organizadores”.

O primeiro princípio demonstrado por Kergoat (2009) é o da separação que considera a existência de trabalhos específicos para homens e outros para mulheres, e o segundo é o princípio da hierarquização onde o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher. Esta escala de divisão prioriza o trabalho realizado pelo homem em detrimento do trabalho realizado pela mulher.

Alves (2016) defende que a divisão sexual do trabalho provoca uma distribuição desigual do uso do tempo entre as atividades de produção e reprodução. Em geral, cabe as mulheres a execução dos afazeres da reprodução que se configuram no trabalho não remunerado, tais como organização da casa, cuidado com as crianças e doentes entre outros, enquanto os homens possuem maior disponibilidade para o trabalho remunerado. Sendo assim, a questão que se coloca, em termos de políticas públicas, é como liberar a mulher ao direito ao emprego remunerado e comprometer os homens com a economia do cuidado, bem como garantir o fomento de políticas públicas que favoreçam a conciliação entre trabalho e família.

Alencar (1991) aponta a valorização da diferenciação do trabalho de acordo com gênero a partir da sociedade hegemônica onde “mulheres desempenham papéis socialmente entendidos como de coadjuvantes na tradição da pesca e reforçam a divisão socioespacial reproduzida pelo modelo dominante”. Nessa dissertação, as relações e as formas de apropriação dos recursos naturais em comunidades de pesca tradicionais serão exploradas como agentes determinantes nas relações sociais de gênero.

Como recorte espacial, foi utilizado o município de Quissamã como *lócus* de estudo por três motivos: i) por integrar a Baixada Litorânea onde é impactado pela atividade de exploração de Petróleo e gás; ii) por receber um dos maiores repasses das rendas petrolíferas da Bacia Sedimentar de Campos (BC) e iii) por evidenciar no seu território os impactos negativos da atividade petrolífera que afetam diretamente as comunidades pesqueiras do município.

No recorte temporal, foi utilizado como referência o período que compreende os anos de 2014 até 2019 pelos seguintes motivos: i) de 2014 a 2016 foi o período de implementação do PEA Pescarte nas comunidades pesqueiras, a partir da realização de uma pesquisa de campo de cunho censitário e demais atividades que faziam parte do escopo das ações; ii) de 2017 a 2019 foi realizado o trabalho de campo do Projeto “Mulheres na Pesca” para coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e

georreferenciamento das comunidades; iii) 2019 Finalização das atividades de campo, sistematização dos dados e devolutiva nas comunidades.

A partir das informações e reflexões expostas, emerge a questão principal dessa dissertação: identificar a condição feminina das mulheres que atuam na atividade pesqueira. Assim, procurando contribuir para a compreensão desta questão, tem-se como principal objetivo, analisar os espaços que as mulheres trabalhadoras da pesca ocupam enquanto sujeitos de direito e como se constituem as suas rotinas laborais, focalizando no mundo da pesca artesanal.

Como objetivos específicos que orientam a pesquisa, têm-se: i) identificar como as mulheres que atuam na atividade pesqueira se apropriam do trabalho; ii) verificar as posições elas exercem neste contexto; iii) observar os papéis por elas desempenhados; e por fim, iv) descobrir a percepção construída por essas mulheres a partir de suas atividades.

A relevância desta pesquisa se apresenta na possibilidade de contribuir como um dos papéis da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e do Programa de Mestrado em Políticas Sociais em promover a interdisciplinaridade e integração de várias áreas do conhecimento, contribuindo para o avanço da ciência e tecnologia e gerando novos conhecimentos relacionados aos impactos sociais decorrentes dos processos de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia Sedimentar de Campos; questões que envolvem trabalho e renda entre outros.

Desse modo, as pesquisas desenvolvidas pelos docentes do programa e suas equipes têm procurado dar conta dos grandes temas e questionamentos da realidade social contemporânea, buscando contribuir para a superação da denominada crise do Estado, considerando-se suas especificidades e contradições nos países de modernidade periférica e , ainda mais nitidamente focado , na região norte fluminense , cujos contrastes entre pujança da economia do petróleo , os megaempreendimentos e os indicadores sociais , especificamente os educacionais , de distribuição de renda e violência , evidenciam uma situação de iniquidade , pobreza e vulnerabilidade social alarmantes. (MARTINEZ, 2017)

Visando alcançar os objetivos propostos, como procedimento metodológico foi feita uma pesquisa de base qualitativa que lida com interpretação das realidades sociais. Bauer e Gaskell (2002) consideram que a mensuração dos fatos sociais depende da

categorização do mundo social, por sua vez as atividades sociais devem ser distinguidas antes de qualquer frequência ou percentual que possa ser atribuído a qualquer distinção.

Para Zaluar (1986), o cientista social não deve esquecer que a relação que se estabelece entre o observador e o observado é uma relação social e política. Cabe ao cientista produzir um conhecimento que ajude ao outro a se fortalecer como sujeito autônomo capaz de se emancipar e tornar-se sujeito, no sentido de elaborar seu próprio projeto bio-político.

O referencial teórico que embasa essa dissertação atuou como parâmetro para definição do escopo da pesquisa, além de se constituir como ferramenta para análise do que se propôs investigar na dissertação. Valendo-se de uma abordagem qualitativa, buscou-se aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim sendo, os elementos fundamentais em um processo de investigação são: 1) a interação entre o objeto de estudo e o pesquisador; 2) o registro de dados ou informações coletadas; e 3) a interpretação/ explicação do pesquisador. (GUERRA, 2014, P.11)

Após a fase preliminar de estudo bibliográfico e de consolidação do marco teórico e suas categorias de análise, foi desenvolvido o trabalho de campo para coleta de dados primários com o uso das técnicas de observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

A priori, o trabalho de campo iniciou com a observação participante, que para Marconi e Lakatos (2010), consiste na participação do pesquisador na comunidade. Logo após, as entrevistas semiestruturadas permitiram a caracterização da mulher na atividade pesqueira ao fornecer descrições detalhadas de um meio social específico.

Como parte do processo de interação social, o estudo da condição feminina na pesca artesanal, permite a comunicação e compreensão de mundo por meio do relato de opiniões e comportamento das mulheres inseridas no contexto da pesca sem perder de vista as individualidades.

Procurando responder os objetivos propostos, a dissertação foi estruturada em três capítulos, a fim de compilar os dados levantados entorno do objeto da pesquisa,

compreender o contexto histórico e aprofundar a discussão teórica relacionada ao tema. No primeiro capítulo, abordou-se o processo de modernização de Quissamã destacando a transição econômica do município da cana de açúcar para o petróleo, revelando o setor pesqueiro como o mais impactado em razão das atividades petrolíferas na região, discorreu sobre a mitigação dos impactos propostos pelo Licenciamento Ambiental por meio do PEA Pescarte por exercer atividades diretamente ligadas às comunidades pesqueiras impactadas e por fim,

tratou-se do pioneirismo do Projeto de Pesquisa Mulheres na Pesca que por meio do olhar específico nas relações de gênero revela o protagonismo das mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca e seus desafios políticos na luta pelo reconhecimento de seus direitos.

O segundo capítulo foi dividido em cinco subtópicos que tiveram por objetivo traçar como ocorreu a organização do trabalho da mulher na sociedade de classe e a partir desta reflexão propor um olhar sobre a organização do trabalho na pesca, por meio dos dispositivos legais, bem como verificar se as mesmas estão organizadas na gestão pesqueira do município de Quissamã, buscando identificar quem são essas mulheres.

O terceiro capítulo teve por objetivo trazer a análise crítica da coleta dos dados, por meio dos eixos explorados na pesquisa de campo e assim revelar o universo ao qual essas mulheres estão inseridas, além de evidenciar como as mesmas produzem suas percepções coletivas sobre seu comportamento e relacionam com a sociedade e o ambiente.

Nas considerações finais foram apresentadas as principais análises sobre o tema investigado nesta pesquisa, apontando indagações e desdobramentos que poderão abrir caminhos para novas investigações.

CAPÍTULO I – O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE QUISSAMÃ

O município de Quissamã no Estado do Rio de Janeiro possui um único distrito sede que ocupa uma área total de 712,9 quilômetros quadrados; faz limite ao norte com o município de Campos dos Goytacazes, ao oeste com Conceição de Macabu, ao sul com Carapebus e a leste com o Oceano Atlântico. (IBGE,2010).

Em 2010, a população estimada deste município correspondia a 20.242 habitantes, com uma proporção de 98,5 homens para cada 100 mulheres, com densidade demográfica de 28,4 habitantes por quilômetro quadrado. A população estimada em 2018 corresponde a 24.240 habitantes (IBGE,2010).

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

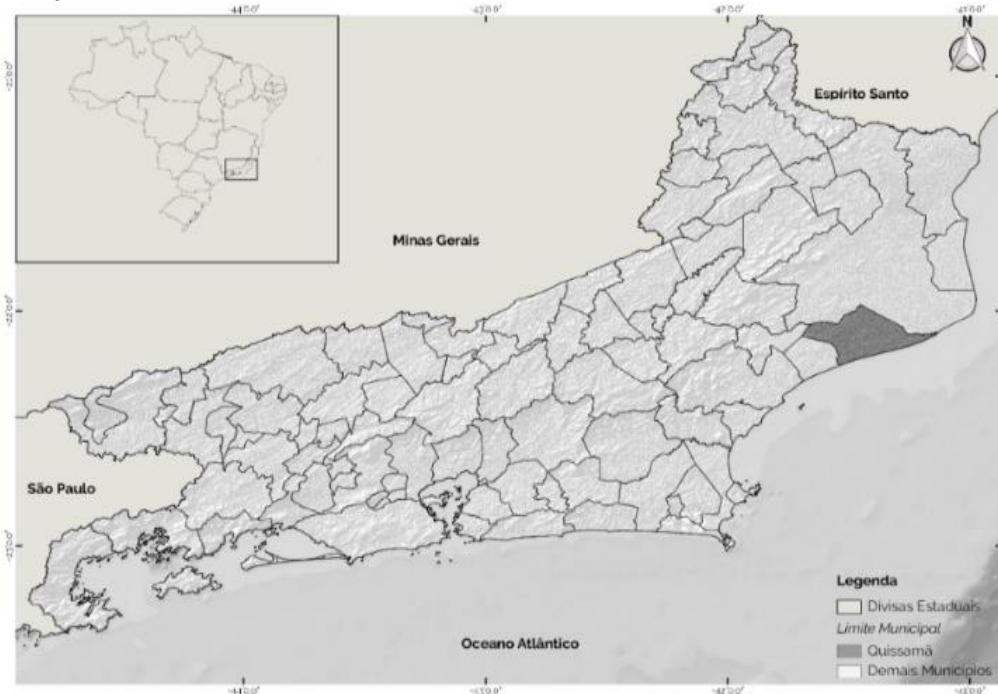


Figura I – Localização do Município de Quissamã no Estado do Rio de Janeiro
Fonte: Acervo do Projeto Mulheres na Pesca, com base nas fontes IBGE, SRTM e ESRI Ocean.

A ocupação efetiva da região deu-se em meados do século XVII quando as terras entre Macaé e Cabo de São Thomé foram doadas aos sete capitães militares portugueses que, ao chegarem a região, encontraram um escravo alforriado entre os índios. Ao relatar sobre como chegara ao local, disse ser originário da cidade de

Quissamã, em angola. A partir de então, a cidade passou a se chamar Quissamã, como forma de homenagem o escravo que nunca mais foi visto (TCE-RJ, 2017).

No ano de 1633, iniciou, na cidade, o processo de ocupação e instalação de currais para a criação de gados na localidade chamada de Barra do Furado. Em 1749, o Brigadeiro José Caetano de Barcellos foi o fundador da vila. Neste processo de desenvolvimento, a cana de açúcar fomentou a criação de engenhos de médio porte e utilizou um elevado quantitativo de mão de obra escrava nas fazendas. (TCE-RJ, 2017)

O açúcar produzido era escoado para Macaé e seguia por meio de barcos para o Rio de Janeiro. Em 1877, foi inaugurado o engenho central que representava o auge da produção canavieira. Coroaram 50 anos de desenvolvimento até uma mudança de cenário, por conta da crise de 1929, que desencadeou em um longo período de estagnação econômica. Somente a partir da década de 70, com a criação do programa Proálcool e mais tarde com a descoberta de petróleo na Bacia Sedimentar de Campos, que o cenário econômico, político e cultural do município passou por um processo de modernização. (TCE-RJ, 2017)

Diante do exposto, o presente capítulo tem por objetivo resenhar e pensar as transformações ocorridas no município de Quissamã a partir da perspectiva da expansão territorial e reestruturação econômica e política destacando as alterações ocorridas no cenário da pesca a partir dos efeitos do processo de modernização.

1.1- A transição da Cana de Açúcar ao Petróleo

O conceito de modernização para Giddens (1991) está relacionado a um conjunto de transformações que se processam nos meios de produção e nas estruturas econômicas, políticas e culturais de um território.

A palavra modernização conforme dicionário Houaiss da língua portuguesa se forma a partir do verbo modernizar com sufixo “ção” (ação) “é o ato ou efeito de modernizar [...] é tornar-se moderno, acompanhando a evolução e as tendências do mundo atual” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 1941). Gray (2004) aponta que a palavra “moderno” surgiu no final do século XVI na língua Inglesa com objetivo de expressar alguma coisa que jamais existiria antes.

O uso dos conceitos de modernidade e modernização se difundiu a partir da Revolução Industrial e Francesa no século XVIII. A Revolução Industrial forneceu o modelo econômico para inovar os meios de produção, ao passo que a Revolução Francesa junto a filosofia do Iluminismo forneceu os elementos constitutivos do modelo ideológico de modernização ocidental. Nesse sentido, a modernização se apresenta como um projeto de modernidade feita a partir de uma ideologia desenvolvimentista do progresso e da racionalidade, como expansão do modo de produção capitalista que se estabelece a partir de dois modelos principais: um político e ideológico e outro de base técnica e infraestrutural. (HOBBSAWN, 1996).

De forma complementar, Giddens (1991) considera que a modernidade possui um caráter dinâmico capaz de impor mudanças sobre os valores tradicionais que corroboram para uma separação de tempo e espaço.

Em Quissamã, a fase de emancipação do município, iniciado em meados da década de 1970, foi influenciada pela possibilidade de recebimento de royalties referentes à extração de petróleo por parte da Petrobras, estabelecidos na Lei 7.525/86. Inicialmente, no Estado do Rio de Janeiro, 37 municípios foram contemplados, dentre eles Macaé, que posteriormente impulsionou a luta pela emancipação política de Quissamã.

A Lei complementar de 09 de novembro de 1967 e a Lei Orgânica dos Municípios de 17 de dezembro de 1975 descreveram as condições para criação Quissamã:

A população residente estimada em 01.07.1985, no pretense município de Quissamã, era de 10.478 habitantes e o centro urbano era constituído por 856 domicílios, segundo dados oficiais do IBGE. Em vista da aprovação da Sessão de 18 de novembro de 1987, do Projeto de Resolução nº133, de 1987, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro resolve determinar a realização do plebiscito para a consulta pública à população da área do território do distrito de Quissamã e sua elevação à condição de município. Em 12 de junho de 1988, foi realizado o plebiscito com um número de 3.530 (três mil quinhentos e trinta) eleitores. (PINTO, 2006, p.24 e 25)

A partir da narrativa acima e pelo projeto de Lei nº 62/88 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o município foi criado e desmembrado de Macaé. Um ano após sua criação, em 12 de junho de 1989, ocorreu a emancipação político administrativa.

Em novembro de 1989, foi realizada a primeira eleição para prefeito e a posse ocorreu no ano seguinte, em primeiro de janeiro de 1990. O candidato eleito foi Otávio

Carneiro da Silva, que teve quatro mandatos não consecutivos entre os anos de 1990 a 1993, 1997 a 2000, 2000 a 2004, 2013 a 2015. No dia 28 de julho de 2015, o prefeito faleceu e não concluiu o mandato. (NEVES, 2016, p.38). A eleição, à época, revelava a influência política das famílias enquanto detentoras do poder econômico que se estende ao campo político.

Em seus estudos sobre o município, Castro (2006) aponta melhorias relacionadas a infraestrutura da cidade, em destaque a pavimentação de vias, a criação de escolas e postos de saúde e o saneamento básico, conforme os padrões induzidos pelo processo de urbanização.

Os novos agentes urbanos introduzidos a partir da emancipação reivindicam mudanças na agricultura. A proposta é pela diversificação de culturas, em contraposição a histórica centralidade da monocultura canavieira. Os pequenos agricultores não tinham poder de barganha com a Usina pelo fato desta ser detentora de boa parte das terras de produção de cana e, com isso, praticamente autossuficientes. Os agricultores descapitalizados plantadores de cana por uma relação histórico cultural, começam a partir da construção do horto municipal, a serem incentivados a começar a diversificar suas produções. (CASTRO, 2006, p.5 e 6)

Criado em 1991, o Horto Municipal, localizado no Canto de Santo Antônio, em uma área de 13 hectares, teve como projeto piloto a plantação de abacaxi e coco, como alternativa para não dependência da usina e garantia de uma nova alternativa de renda. Embora novas estratégias fossem pensadas, a cultura canavieira se mantém na memória coletiva do município conforme aponta Neves (2016):

Ainda que no auge da economia o município tenha apresentado novas dinâmicas econômicas a economia canavieira é considerada um fator importante na história brasileira e sua materialização no espaço por meio das ruínas do Engenho Central, as casas grandes das fazendas e senzalas se sobrepõe aos traços da modernização por meio das novas oportunidades advindas do setor petrolífero na Bacia Sedimentar de Campos bem como a instalação do complexo industrial de Macaé (NEVES, 2016, p.41)

A exploração de petróleo e gás na Bacia Sedimentar de Campos começou no final de 1976, com a perfuração de um poço situado ao nordeste da Bacia a uma profundidade de 100 metros. Entretanto, a produção comercial iniciou em 1977 com a descoberta do campo de Enchova com profundidade de 120 metros (PETROBRAS, 2012).

O pagamento dos royalties do petróleo nos municípios iniciou a partir de 1986 e 12 anos depois (1998), em consequência da Lei do Petróleo, passou a beneficiar os municípios produtores, elevando a alíquota e criou as participações especiais (PINTO,

2006, p.41). Vale ressaltar que, até o final dos anos 70, essa região esteve envolvida, principalmente, com as atividades tradicionais da pecuária, pesca e o cultivo da cana-de-açúcar, quando, então, passou a conviver com o desenvolvimento da exploração de petróleo e gás pela Petrobras, com sua principal base sendo instalada no município de Macaé. A partir de então, começaram as mudanças econômicas sociais, demográficas, culturais, ambientais, além da alteração dos modos de reprodução social até então verificadas na região, em todos os municípios que compõem o norte e noroeste fluminense (PETROBRAS; MINERAL, 2015).

Giddens (1991), em suas análises acerca da modernidade, reforça que nas sociedades tradicionais cada espaço tinha seu tempo específico. Com a imposição das lógicas modernas e com a mecanização do tempo pelo relógio, houve o rompimento/interferência das ligações com o que era local. Nesse sentido, o município de Quissamã passou por um processo de adaptação e dependência aos recursos advindos do petróleo corroborando para um processo de enfraquecimento e sucateamento das tradições e potencialidades econômicas locais.

Vale a pena ressaltar que em Quissamã a pesca artesanal se constitui como uma atividade econômica que historicamente mantém a população que vive no entorno das áreas costeiras do município. Por essa razão, os pescadores passaram a ser o grupo social mais suscetível aos impactos da atividade de exploração de petróleo e gás natural e afetados pela disputa do espaço marítimo, em decorrência da instalação das estruturas offshore da indústria petrolífera.

1.2- As atividades petrolíferas e os impactos gerados na pesca artesanal do município de Quissamã

O Plano Diretor elaborado em 2005, bem como o Diagnóstico Participativo⁴, realizado em 2012, traçaram a realidade do município a partir dos impactos ocasionados pelas atividades offshore, no qual o principal grupo atingido são os pescadores artesanais, devido à sobreposição do uso do espaço marinho.

⁴ PETROBRAS, SOMA. RELATORIO FINAL DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA- BC, ver. 04. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2014. Disponível em http://www.peabc.ibp.org/arquivos/secoes/60_relatrio_pea_bc_rev.04_final.pdf. Acesso em 20 de março de 2019.

O diagnóstico participativo foi um instrumento que subsidiou a elaboração de propostas de um programa ou projeto de educação ambiental de compensação baseado nos dados coletados em campo e complementado por dados secundários.

Quadro 1- Etapas do Diagnóstico Participativo do PEA-BC

ETAPA	OBJETIVO
Etapa 1 - Análise dos Grupos Sociais à luz dos Impactos da Indústria de Petróleo e Gás	Gerar subsídios para retomar o contato com os grupos sociais baseado em pontos centrais da mediação de conflitos e da educação no processo do licenciamento ambiental.
Etapa 2 - Oficinas Municipais	(i) nivelar informações sobre o diagnóstico no âmbito da educação ambiental; (ii) fomentar o diálogo e troca de saberes; (iii) pactuar o interesse em colaborar com a realização do diagnóstico; (iv) encaminhar definições para terceira etapa assim como a seleção do agente local e o plano de ação.
Etapa 3 - Levantamento de campo para o diagnóstico	Coletar dados com os grupos sociais e fomentar o diálogo sobre o processo do licenciamento ambiental e objetivo do diagnóstico do PEA-BC.
Etapa 4 - Devolutivas Municipais	Analisar coletivamente e validar os resultados gerados
Etapa 5- Encontro regional	Avaliar os resultados em escala regional e delinear a agenda regional para o PEA-BC.

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PETROBRAS (2012, p.9 e 10)

Na última etapa, que se referiu ao encontro regional para o alcance do objetivo, optou-se por trabalhar com três grupos sociais que se constituíram no público do PEA-BC, que foram divididos entre pescadores, moradores urbanos, quilombolas assentados e moradores rurais.

Os pescadores presentes na atividade formavam o maior número de participantes, bem como o grupo social com maior relação de impactos diretos da indústria do petróleo e gás, principalmente em relação ao uso e ocupação do espaço marinho. O grupo de pescadores de Quissamã foi composto por pescadores marítimos e de águas interiores das comunidades de Barra do Furado, Caxias e Ribeira (PETROBRAS, 2012, p.31). Assim sendo, o quadro 2 classifica os problemas apontados a partir dos temas geradores.

Quadro 2 - Problemas comuns aos pescadores de Quissamã /RJ.

MACROTEMA	PROBLEMA
Uso e ocupação do Espaço Marinho	Tráfego de embarcações da cadeia de suporte as plataformas, Área de fundeio dos rebocadores e barcos de apoio, Operação sísmica marítima, perfuração e estocagem de petróleo
Licenciamento Ambiental	Procedimentos do Licenciamento, atividade de petróleo anterior ao licenciamento, medidas compensatórias e mitigatórias, participação na negociação dos blocos de exploração e produção
Produção Pesqueira	Plataformas atraem o pescado, as atividades de sísmica afugentam o pescado, poluição no mar
Ordenamento Pesqueiro	Áreas de pesca, pesca desordenada, política de gestão, fiscalização
Organização Social	Organização social fragilizada, reprodução social

Fonte: elaboração própria a partir de dados da PETROBRAS (2012, p.32)

O Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012) revelou que um dos grupos sociais mais atingidos é a da pesca artesanal, tanto em razão da perda do espaço marinho — sobre o qual concorre com embarcações e área de exclusão de pesca, criadas em um raio de 500 metros no torno das plataformas marítimas —, quanto pela perda de seu espaço em terra, vitimados pela valorização imobiliária das áreas litorâneas e ocupação desordenada de locais de reprodução das espécies. E é nesse cenário que tem sobrevivido a comunidade pesqueira. Além dos dados apontados, o diagnóstico produziu insumos para elaboração dos Programas de Educação Ambiental nos municípios da Bacia Sedimentar de Campos.

1.3 - A mitigação dos impactos por meio da atuação dos Projetos de Educação Ambiental

O processo de modernização ocasionado no município de Quissamã a partir da transição econômica da cana de açúcar para o petróleo revelou efeitos contraditórios de integração, relegando o setor pesqueiro à marginalização por ficar à mercê de políticas públicas de mitigação que nem sempre atendem às expectativas da comunidade que anseia por mudanças imediatistas que não suprem e nem alteram a lógica dominante vigente.

De modo geral, os Projetos de Educação Ambiental da Bacia Sedimentar de Campos são condicionantes legais conduzidos pelo IBAMA, que compõem ações de mitigação em desenvolvimento ou a serem implementados por empresas proprietárias de empreendimentos marítimos⁵ de produção de petróleo e gás natural, localizados na Bacia Sedimentar de Campos. Cada PEA foi elaborado em conjunto com os grupos sociais afetados pelos empreendimentos. Neste processo, estes grupos são considerados como sujeitos da ação educativa que atuam como coautores das ações de seus direitos e deveres na gestão de seu espaço de vida. Entre os resultados dos PEA, destaca-se a participação dos sujeitos da ação educativa na gestão ambiental nos municípios (PEA-BC.IBP, 2019)

Os PEA são organizados por linhas de ação conforme a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 001/10 e tem como objetivo:

(i) Garantir o alinhamento entre as ações que serão desenvolvidas nos programas de educação ambiental regionais;(ii)Direcionar as diferentes linhas de ação e seus processos educativos de modo que venham a convergir para uma efetiva gestão ambiental regional;(iii)Garantir que os processos educativos estejam voltados para a mitigação dos impactos da atividade licenciada;(iv) Otimizar o processo de licenciamento, esclarecendo quais são os objetivos da CGPEG/IBAMA em relação à construção de um programa de educação voltado para a gestão ambiental regional;(v)Reduzir a criação de expectativas por parte dos grupos sociais envolvidos na realização de diagnósticos participativos.(BRASIL, 2010)

Ao estabelecer critérios para elaboração e execução dos PEA, por meio da Nota Técnica (2010), o IBAMA constrói paradigmas para uma educação ambiental crítica e transformadora cujo papel principal é empoderar os sujeitos da ação educativa para que eles sejam autônomos e ultrapassem uma visão ingênua e artificial dos processos que permeiam o contexto da educação ambiental na gestão ambiental pública.

Deste modo, o quadro 3 permite uma concepção mais abrangente de como os PEA se organizam de acordo com as linhas previstas na Nota Técnica (IBAMA, 2010).

⁵ Os empreendimentos localizam-se no mar, em um trecho situado entre o Alto de Cabo Frio /RJ e o Alto de Vitória/ES.

Quadro 3 - Linhas de ação dos PEAs.

LINHAS DE AÇÃO	OBJETIVOS
A	Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental.
B	Controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural.
C	Apoio à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores municipais.
D	A ser proposta pela empresa: linha de ação específica a ser elaborada e fundamentada nos resultados do diagnóstico participativo do programa de educação ambiental.
E	Projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo.
F	Apoio à discussão e ao estabelecimento de acordos para a gestão compartilhada das atividades na zona marítima.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do site <http://www.pea-bc.ibp.org.br/>

Neste contexto, o PEA Pescarte configura um projeto de mitigação socioambiental desenvolvido por meio da gestão compartilhada entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sob supervisão do IBAMA, em cumprimento a uma exigência legal do Licenciamento Ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás da Petrobras na Bacia Sedimentar de Campos. As ações são desenvolvidas em 38 comunidades pesqueiras localizadas entre sete municípios⁶ da Bacia Sedimentar de Campos. (MARTINS et al, 2016, p. 8)

Desde 2014, o PEA Pescarte busca, por meio das diretrizes do IBAMA, promover o fortalecimento da organização comunitária a partir da construção participativa de projetos de Geração de Trabalho e Renda. Neste sentido, as equipes de educadores socioambientais dos municípios envolvidos, juntamente com os sujeitos da ação educativa, desenvolvem ações e atividades pautadas na agenda da educação ambiental crítica, estabelecida pelo Licenciamento Ambiental do IBAMA.

⁶ Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Quissamã, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Com o objetivo de levantar informações que dessem conta da realidade da pesca artesanal, no período de novembro de 2014 a janeiro de 2016, o projeto Pescarte entrevistou os envolvidos na pesca artesanal nos sete municípios de abrangência. Para tal, a equipe responsável pela coleta de dados denominada, à época, de técnicos sociais, recebeu treinamento prévio para que fosse realizada a mobilização e aplicação do instrumento. Ao final da pesquisa, foram identificadas e indagadas no território de referência do PEA-Pescarte 3478 famílias envolvidas com a cadeia produtiva da pesca, sendo compostas por 10082 pessoas e identificados 4331 pescadores/as (MESQUITA e TIMÓTEO, 2019, p. 293)

Do quantitativo acima no município de Quissamã, foram alcançados e entrevistados 188 pescadores, distribuídos nas comunidades pesqueiras de Barra do Furado, Beira de Lagoa e Centro, conforme dados apresentados na tabela 1.

Tabela 1 - Pesca artesanal na Bacia Sedimentar de Campos – RJ, pescadores do município de Quissamã PEA Pescarte, 2019.

Comunidade	Pessoas	Famílias	Pescadores	Pessoas /Família
Barra do Furado	254	81	105	3,1
Beira de Lagoa	30	12	17	2,5
Centro (Quissamã)	158	57	66	2,8
Total	442	150	188	2,9

Fonte: Dados elaborados a partir do Censo da Pesca realizado no período de 2015 a 2016 (PEA PESCARTE, 2015).

As perguntas que estruturam o questionário foram divididas em dez blocos que buscaram dimensionar a caracterização familiar; a avaliação de serviços e equipamentos públicos; a classificação econômica; a descrição do trabalho e da trajetória profissional; a caracterização da atividade pesqueira; a análise da construção de capital social e laços fracos; análise de gênero; avaliação dos projetos de educação ambiental; e, por fim, traçar um perfil alimentar dos pescadores/as artesanais.

A observação crítica sobre os dados do bloco gênero, contidos na pesquisa, realizada pelo PEA Pescarte, contribuíram inicialmente para elaboração e indagações das questões levantadas nas respectivas comunidades. Para esta investigação, as figuras 1

e 2 apresentam o quantitativo de mulheres na Bacia Sedimentar de Campos e o quantitativo alcançado no Censo pesqueiro, no município de Quissamã.

**REPRESENTATIVIDADE DE HOMENS E MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA.
DADOS DA BACIA SEDIMENTAR DE CAMPOS E DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ.**

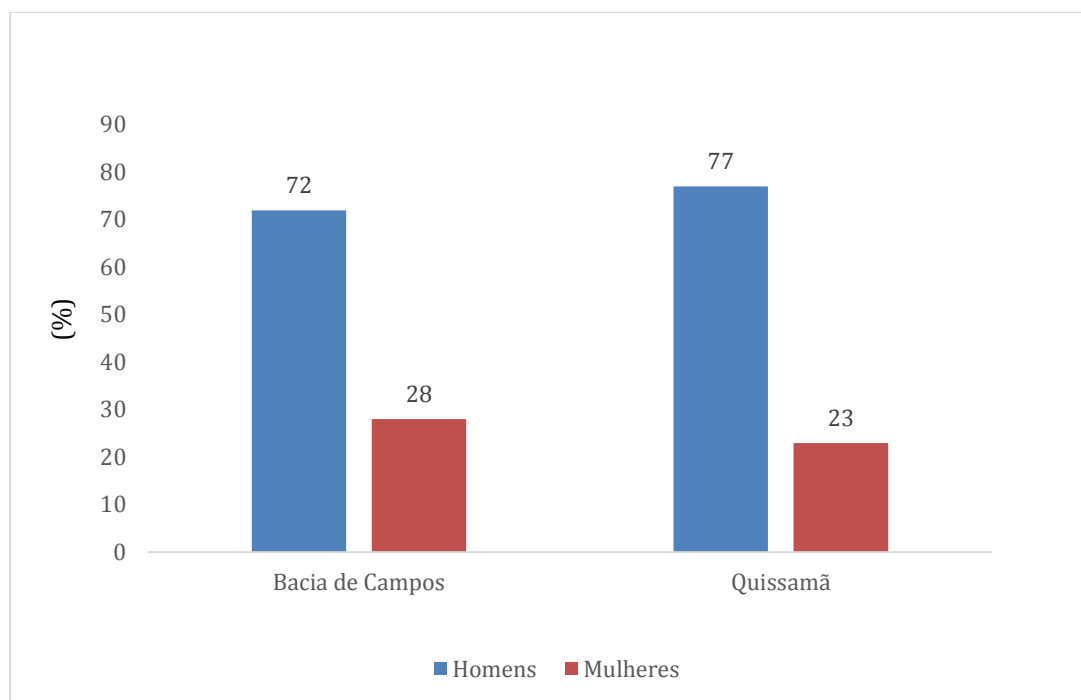


Figura II - Representatividade de Homens e Mulheres na Atividade Pesqueira. Dados da Bacia Sedimentar de Campos e do Município de Quissamã.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Georeferenciamento do PEA Pescarte (2015 – 2016)

Os dados do Censo da Pesca, como foi denominada a pesquisa do PEA Pescarte, revelou uma baixa representatividade das mulheres no setor pesqueiro em relação aos homens. Este fator pode estar atrelado a hipótese de “vulnerabilidade das mulheres na cadeia da produtiva” que Pereira (2013, p 02) considera ser acentuada pelo processo histórico de exploração da mulher, oriundo do sistema patriarcal consolidado na sociedade, atribuindo à mulher um acúmulo de tarefas que se desdobram entre cuidar da casa, dos filhos, trabalhar fora e ganhar salários mais baixos que os homens.

Tais especificidades revelam as relações de poder a que essas mulheres estão submetidas e caracteriza traços da condição feminina na pesca no Brasil, refletindo na elaboração de políticas sociais, que na maioria das vezes as tornam sujeitos secundários

na elaboração de políticas públicas e na deterioração de sua identidade como pescadora (PEREIRA, 2013, p,02)

Apesar da robustez e pioneirismo da pesquisa desenvolvida pelo PEA Pescarte, as perguntas relacionadas às mulheres não se focaram em descrever sua trajetória profissional a partir da perspectiva das relações de gênero. À luz dos resultados preliminares e às observações de campo surgiu então a necessidade de formular novas questões dedicadas a completar e aprofundar o perfil destas mulheres , até o momento desconhecido, e pesquisar novos dados e informações sobre a condição destas mulheres que revelaram detalhes de sua trajetória na pesca enquanto sujeitos protagonistas desta atividade.

Diante do exposto, no contexto das transformações apontadas no município de Quissamã, se fez importante aprofundar, observar, detalhar e compreender como as comunidades de pesca artesanais vem reproduzindo a organização do trabalho. Maneschy (1997), em seus estudos, aponta que o trabalho das famílias de pescadores artesanais está diretamente ligado ao sistema produtivo da pesca, chamando atenção atualmente para as abordagens de gênero e de idade no contexto da divisão do trabalho entre os sexos e as gerações; ao passo que torna-se de grande relevância estudar as mulheres enquanto sujeitos da atividade pesqueira, para dar visibilidade a elas no contexto do trabalho produtivo.

1.4- O Projeto Mulheres na Pesca: Mapa de Conflitos Socioambientais em Municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas

A partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a empresa Chevron Brasil e o Ministério Público Federal, com intervenção da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do IBAMA, que por meio do edital de pesquisa do Fundação Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) lançou-se a proposta para desenvolver um estudo detalhado dos conflitos socioambientais vivenciados pelas mulheres que estão inseridas no contexto da pesca artesanal.

A equipe da UENF, liderada pela Professora Silvia Martinez, concorreu e foi contemplada no referido edital, com o projeto intitulado “Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”

com a proposta de identificar e explicitar tais conflitos, que pode dar subsídios na elaboração de políticas públicas, sobretudo no ordenamento territorial do estado do Rio de Janeiro, que até então vem negligenciando a presença das mulheres e os conflitos vividos por elas.

Em maio de 2017 iniciou o projeto “Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”. O mesmo, tem por objetivo geral estabelecer uma cartografia dos conflitos socioambientais presentes em sete municípios⁷ da mesorregião das baixadas litorâneas e do Norte Do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco sujeito privilegiado as mulheres pescadoras. Este mapa consiste no levantamento, caracterização descritivas, tipificação e publicização cartografada dos conflitos evidenciados na região, acompanhado de uma síntese analítica. (MARTINEZ, 2017)

Quadro 4 - Objetivos específicos do projeto Mulheres na Pesca.

OBJETIVOS	ESPECIFICAÇÕES
A1	Realizar revisão bibliográfica teórica, conceitual e histórica do conflito social e socioambiental, do racismo ambiental e da condição feminina da pesca no Brasil.
A2	Selecionar e formar equipe de pesquisadores bolsistas.
A3	Caracterizar as condições de vida das mulheres pescadoras por meio de dados quantitativos, tendo por base privilegiada o Censo PEA Pescarte, mas complementando com dados do IBGE e outras fontes, identificando os principais conflitos vinculados à condição feminina na pesca.
A4	Elaborar um banco de dados dos conflitos e um mapa com georreferenciamento de informações levantadas.
A5	Elaborar uma síntese analítica dos resultados identificados (tipologia e comparação).
A6	Divulgar e discutir os resultados alcançados.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Resumo Executivo do Projeto Mulheres na Pesca (MARTINEZ, 2017)

O projeto referido está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte

⁷ Os municípios investigados são os sete municípios que compõe a área de abrangência do PEA Pescarte.

Fluminense (UENF). O programa se destaca pelo seu caráter interdisciplinar e desde sua criação, há mais de duas décadas, vem atuando com foco na gestão do conhecimento social sobre os impactos das transformações na região norte e noroeste fluminense. Tais dilemas e desafios do atual desenvolvimento social, econômico e político mobilizam os pesquisadores do programa a compreender as complexidades dos problemas contemporâneos nas pesquisas desenvolvidas. (MARTINEZ, 2017)

O PPGPS se propõe contribuir na compreensão das políticas e dos processos de inovação social na perspectiva das demandas regionais, promovendo atividades formativas, científicas e de extensão, que ao longo dos últimos anos têm gerado ações educativas e produzido resultados expressivos nos municípios do litoral da Bacia Sedimentar de Campos –BC, em sua maioria financiados pelas empresas operadoras de exploração de petróleo, que neste projeto, assim como em outros supracitados, têm aprofundado questões vinculadas aos impactos da indústria do petróleo e gás. (MARTINEZ, 2017)

O marco teórico da pesquisa empírica e a construção das categorias do banco de dados foram elaborados a partir do levantamento bibliográfico no âmbito nacional e internacional sobre os conflitos sociais e a condição feminina, em destaque aos temas ligados ao racismo ambiental e às relações de gênero na pesca. Os pesquisadores do projeto se organizaram por meio de grupos de estudos para sistematização dos critérios de classificação.

Os grupos de estudos temáticos desenvolvidos no ambiente do PPGPS proporcionaram um novo espaço crítico de debate e visibilização das mulheres na pesca. As atividades desenvolvidas contribuíram na construção de um importante e original arcabouço teórico e repositório de experiências acerca das temáticas abordadas, além do crescimento, amadurecimento e troca entre os pesquisadores que deram suporte a esta dissertação.

FOTOGRAFIA DO GRUPO DE ESTUDOS DO PROJETO MULHERES NA PESCA



Figura III – Fotografia do Grupo de Estudos do Projeto Mulheres na Pesca
Fonte: Acervo do Projeto Mulheres na Pesca, 2018.

FOTOGRAFIA DAS ENTREVISTAS DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ/RJ



Figura IV- Fotografia das entrevistas de campo no município de Quissamã/RJ
Fonte: Acervo do Projeto Mulheres na Pesca, 2018.

FOTOGRAFIA DA FORMAÇÃO EM GEORREFERENCIAMENTO



Figura V – Fotografia da Formação em Georreferenciamento
Fonte: Acervo do Projeto Mulheres na Pesca, 2018.

A realização do “Seminário Interdisciplinar Mulheres na atividade Pesqueira no Brasil” foi um momento inédito de divulgação da produção existente e de trocas entre investigadoras do país, configurando um ambiente acadêmico determinante para atualizar os debates acerca de gênero a partir de pesquisadores que estudam a temática no Brasil.

A etapa de elaboração do Banco de dados sobre os conflitos e do mapa com georreferenciamento das informações levantadas alcançaram os resultados esperados a partir da identificação e compreensão dos conflitos junto às informantes chaves em cada município dos 7 realizados. Esta etapa foi executada por meio de entrevistas semiestruturadas com as mulheres envolvidas na atividade pesqueira; além das entrevistas com registros orais e videográficos, também foi efetuado o georreferenciamento dos conflitos identificados e considerados de maior relevância.

Como análise e discussão de resultados para compor a cartografia, houve a seleção dos conflitos mais representativos e discussão das principais características, identificação de categorias e subcategorias e suas formas de apresentação e por fim adequação de conteúdos a cartografia.

Em Quissamã, os conflitos categorizados estão ligados aos grandes empreendimentos e a disputa de território⁸, sendo as mulheres que atuam na atividade pesqueira um dos atores envolvidos e impactados pelos conflitos a qual o terceiro capítulo apresentará por meio do relato das mulheres entrevistadas.

O presente capítulo aponta para os processos de transformação ocorridos no município de Quissamã, a partir da instalação da Petrobras na região e dos impactos consequentes causados pelas atividades de exploração de petróleo e gás. Neste contexto, se observa a classe pesqueira como um dos grupos impactados diretamente pelos empreendimentos.

Entender como funciona a dinâmica da pesca artesanal dentro das comunidades tradicionais requer um esforço para identificação e compreensão das relações estabelecidas; das práticas cotidianas; e dos modos de vida e formas de resistência destas mulheres que são estruturados a partir de uma lógica de dominação masculina. Conhecer e acessar às mulheres que atuam na cadeia da pesca é uma tarefa desafiadora e exige que se pense nas estruturas de produção, dominação e regulação existentes a partir da perspectiva da construção de gênero, tarefas às quais o próximo capítulo se dedicará.

⁸O conflito relacionado aos grandes empreendimentos durante a pesquisa foi identificado na comunidade de Barra do Furado que por conta da dinâmica das transformações oriundas das atividades de Exploração de Petróleo e gás na região recebeu empreendimentos que afetaram o ambiente e alteraram a dinâmica da atividade pesqueira. Em relação a disputa de territórios, situada na comunidade de Beira de Lagoa, o relato das entrevistadas revela que a situação ocorre no município por gerações, reproduzindo uma lógica coronelística local implementada desde os períodos que a economia da cana-de-açúcar era praticada no município haja vista que: “O controle sobre o território da Lagoa Feia por parte de fazendeiros atinge as pessoas da comunidade que desenvolvem atividades pesqueiras também através de da forma de barreira física, impedindo o acesso destas pessoas à Lagoa.” HELLEBRANDT, Luceni. Cercamento da Lagoa. In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia (coordenadora). Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas. 2019. Disponível em: <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php>

CAPÍTULO II - O PAPEL DA MULHER NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL

A mulher das camadas sociais ocupadas nas áreas de produção de bens e serviços, nunca foi alheia ao trabalho, contribuindo para a subsistência da família e contribuindo para o acúmulo da riqueza social. Na economia pré-capitalista, no período anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa, trabalhava nos campos, nas minas, lojas e, em paralelo, realizava atividades domésticas. Ainda que a mulher fosse reconhecida socialmente e participasse do sistema produtivo, o seu papel era inferior ao do homem. (SAFFIOTI, 2013).

Sendo assim, o presente capítulo tem por objetivo propor uma reflexão sobre os dispositivos legais que regulamentam a atividade pesqueira no Brasil e de como as mulheres estão organizadas nesses espaços.

2.1 – A organização do trabalho das mulheres na sociedade de classe

O aparecimento do capitalismo criou condições adversas à mulher e corroborou para as desigualdades entre os sexos, sendo esse um paradigma positivo da sociedade competitiva e na construção das classes sociais. “A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher” (SAFFIOTI, 2013, p.66)

Ainda nesse contexto, o capitalismo marginalizou inicialmente as esposas dos membros da burguesia ascendente com jornadas de trabalhos extensas e salários inferiores aos masculinos, como aponta Saffioti (2013):

O processo de acumulação do capital nessa fase não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque tenha a nova sociedade subvertido a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reinvenções sociais e, portanto mais passível de exploração (SAFFIOTI, 2013, p.69)

O trabalho na sociedade de classes além de ser alienado enquanto atividade, relega ao indivíduo a não apropriação do valor real da atividade que executa. O valor recebido é aquém do lucro que é gerado aos donos dos meios de produção. Nesse contexto a mulher é atingida mais diretamente do que os homens pelos efeitos da

apropriação privada dos frutos do trabalho social, posto que “as categorias de sexo, diferentemente, por exemplo, das minorias religiosas ou étnicas, não gozam do mínimo de autonomia” (SAFFIOTI, 2013,p.73)

Há uma diversidade entre a competição de homens e mulheres ao que se refere ao trabalho. Os homens possuem diferenças naturais e sociais que envolvem questões relacionadas a educação, poder político, religião entre outras de difícil superação, ao passo que as mulheres contam com as questões que também determinam a situação dos homens adicionada ao peso do sexo como um fator determinante. (SAFFIOTI, 2013, p.96)

Para mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve em nível de consciência, muito mais do que perceber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio. Todavia o equilíbrio da mulher não se pode ser pensado exclusivamente como resultado de uma atividade ocupacional. Seu papel na família é a contrapartida necessária de suas funções profissionais, nas sociedades capitalistas. (SAFFIOTI, 2013, p.96)

Ao exercitar uma integração entre as funções domésticas e laborais, há uma sobrecarga que obriga, na maioria das vezes, a mulher a abrir mão de uma possível realização profissional ou relega-la a segundo plano, reforçando a dificuldade de integração da mulher na sociedade.

Paulilo (1987), em seu trabalho intitulado “o peso do trabalho leve”, revelou que são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil ao qual o determinante do valor da diária recebida pelo trabalho é o sexo, sendo invariável a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força do trabalho feminino nas cidades, portanto, no trabalho “leve” a remuneração sempre será aquém, não pelas suas características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.

Alves (2016) identifica, em seus estudos sobre Desafios da Equidade de Gênero no Século XXI, que a divisão sexual do trabalho, provoca uma distribuição desigual do uso do tempo entre as atividades de produção e reprodução. Em geral, cabe às mulheres a execução e os afazeres da reprodução, que se configura no trabalho não remunerado

tais como: organização da casa, cuidado com as crianças e doentes entre outros, enquanto os homens possuem maior disponibilidade para o trabalho remunerado.

A comissão de Estatísticas das Nações Unidas no ano de 2013 organizou alguns indicadores de gênero constituído por 52 indicadores quantitativos e 11 indicadores qualitativos, totalizando a produção de 63 indicadores. A partir destes dados, o IBGE elaborou resultados para todo o Brasil. As estatísticas de gênero relacionadas às estruturas econômicas e à participação em atividades produtivas revelam o contexto das mulheres na atual conjuntura, como é possível observar na Tabela 2:

Tabela 2 - Média de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo.

Característica selecionadas	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	Média	CV (%)	Média	CV(%)	Média	CV(%)
Brasil	14,1	0,5	10,5	0,6	18,1	0,5
Norte	13,2	1,3	10,2	1,5	17,2	1,5
Nordeste	14,6	0,7	10,5	0,9	19	0,7
Sudeste	14,4	0,8	10,7	1	18,4	0,9
Sul	13,6	0,8	10,3	1	17,3	0,8
Centro-oeste	12,9	1,3	9,6	1,7	16,7	1,3
Grupos de idade	Total		Homens		Mulheres	
	Média	CV(%)	Média	CV (%)	Média	CV (%)
14 a 29 anos	12,6	0,9	9,6	0,9	15,8	1,1
30 a 49 anos	14,7	0,6	10,9	0,7	18,8	0,6
50 a 59 anos	14,5	0,7	10,5	0,9	19,2	0,8
60 anos ou mais	14,2	1	10,8	1,3	19,3	1,3

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) (IBGE, 2016)

A média geral de horas semanais dedicadas pelas mulheres é mais alta em relação dos homens. Esse quantitativo revela as mais variadas formas pelas quais a sociedade determina os papéis sociais que relegam ao sexo feminino condições mais desiguais. Outro fator importante a destacar é que esses dados mais altos para as mulheres aparecem na região nordeste, uma região historicamente marcada por baixos índices de desenvolvimento econômico, atreladas as mais variadas questões, em destaque o processo de industrialização tardia.

Bourdieu (2017) salienta a necessidade de elucidar os mecanismos históricos responsáveis pela eternização das estruturas da divisão sexual do trabalho e reinserir na história a relação entre os sexos arrancada pela visão naturalista e essencialista que contribuem para eternizar o processo de subordinação. Neste sentido, cabe aqui elucidar os dispositivos legais que regimentam a atividade pesqueira para avançar na compreensão do lugar reservado ao trabalho feminino.

2.2 - A atividade pesqueira no Brasil e os Dispositivos Legais

A legislação nº 11.959/2009 dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca e tem por objetivo regular a atividades pesqueira, “definindo como recursos pesqueiros os animais e os vegetais passíveis de exploração; estudo ou pesquisa e pesca como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros.” (art. 2º, III parágrafo) Tais definições estão atreladas a antecedentes históricos que serão abordados a fim de ampliar o processo de compreensão histórica.

Em seus estudos sobre Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Diegues (1983) define a pesca artesanal desenvolvida no Brasil como “complexa e com especificidades ligadas a fatores políticos, sociais, institucionais, econômicos e ambientais inerentes a cada local”, utilizando seus usuários diversos meios de produção tais como petrechos, embarcações, estratégias para captura de recursos muitas vezes escassos. (DIEGUES, 1983)

O homem primitivo extraia da natureza o seu alimento por meio da caça, colheita de frutos e raízes e pesca, consolidando a pesca como uma das práticas mais antigas da humanidade. Silva (2001), ao estudar a dinâmica social da história do Brasil, considera que o processo de colonização se deu a partir da escravidão dos índios que já eram conhecedores do ambiente natural e do comportamento dos seres aquáticos, atribuindo-os, entre outras tarefas, a captura de peixes crustáceos e mariscos para consumo dos colonizadores, dando-lhes a responsabilidade de provedores de pescado.

O século XVII deu início ao uso da mão de obra africana na monocultura canavieira bem como em diversos setores. Neste contexto, a mão de obra escrava foi empregada

na pesca marítima e litorânea até a segunda metade do século XIX quando foram substituídas por pescadores livres.

O período instaurou novas relações de trabalho e formas de dominação do pescador, corroborando para o surgimento do pescador e de comunidades marítimas. No sudeste e sul do Brasil, formou-se o grupo de pescadores caiçaras que se dedicaram a agricultura e praticavam a pesca em caráter suplementar. Até a década de 1930, os pescadores eram considerados como um grupo profissional importante para o mercado interno do país, configurados a partir de duas formas tradicionais de existência: “a forma de produção dos pescadores lavradores, ou pescadores sitiantes e a dos pescadores marítimos artesanais” (SILVA, 1993. p. 45)

Até o início do século XX, caiçaras e jangadeiros tinham o trabalho marcado pela noção de tempo e liberdade que se sintonizava com a compreensão da existência humana por meio de rituais e festas. A partir da instauração das relações capitalistas no setor pesqueiro, as caiçaras e jangadeiros tiveram que readaptarem as dinâmicas de captura de espécies de alto valor no mercado, motorização dos barcos entre outros.(DIEGUEZ, 1983)

Marrul Filho (2003) aponta que a atividade pesqueira no Brasil se desenvolveu em moldes artesanais até o século XX, marcada pela fragilidade e ausência do Estado enquanto ente regulador do uso dos recursos pesqueiros para preservação dos recursos naturais. No ano de 1962, houve a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE por meio da Lei Delegada nº 10. A partir de sua promulgação, houve alterações no cenário até então existente. A autarquia que era vinculada ao Ministério da Agricultura fomentou o processo de industrialização do setor pesqueiro, bem como a modernização tecnológica. (MARRUL FILHO, 2003, p.34-36)

A adoção de novas políticas públicas a partir de 1995, corroborou para o controle sobre os estoques, redirecionamento de recursos, estímulo à aquicultura como potencial para expansão da produção do pescado e otimização dos recursos marinhos e continentais (BRASILIA, 2015, p.02) direcionando a expansão da atividade conforme estudos:

No século XXI, a pesca e aquicultura são atividades de grande importância em âmbito mundial e também no Brasil. Nas últimas cinco décadas, a produção pesqueira mundial expandiu-se de forma contínua e significativa, com um

crescimento médio anual na ordem de 3,2% entre os anos de 1961 e 2009. Em 2011, produziam-se cerca de 154 milhões de toneladas de pescado em todo mundo, provenientes da pesca extrativa e da aquicultura. A maior parte do pescado ainda provém da pesca extrativa, mas não é da aquicultura onde se observa a maior expansão (BRASILIA, 2015, p.14)

O crescimento da produção do pescado atribui a Legislação um papel central na definição de políticas de valorização e incentivo aos pescadores e agricultores, bem como medidas de ordenamento, controle e fiscalização do estoque pesqueiro. No âmbito nacional, a Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar configurou-se a construção de um novo cenário para pesca. O Decreto Legislativo de número 5, aprovado em nove de novembro de 1987, aprovou o texto da Convenção das Nações Unidas sobre o direito ao mar e a partir daí fomentou uma série de desdobramentos e Decretos Legislativos. O quadro 5 tem por objetivo retratar a evolução da Legislação Pesqueira entre o período de 1967 a 2009.

Quadro 5 - Evolução da Legislação Pesqueira.

Leis e Decretos Leis	Finalidade
Decreto Lei nº 221 de 1967	Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca.
Lei nº 7356 de 1985	Regula a inclusão dos pescadores na Lei Orgânica da Previdência Social.
Lei nº 7643 de 1987	Proíbe a pesca de crustáceo nas águas jurisdicionais.
Lei nº 8171 de 1991	Dispõe sobre a política aquícola
Lei nº 8617 de 1993	Dispõe sobre o mar territorial, a zona continua e econômica.
Lei nº 9445 de 1997	Concede subvenção econômica referente ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras.
Lei nº 9605 de 1998	Dispõe as sanções penais e administrativas de atividades lesivas ao meio ambiente.
Lei nº 10683 de 2003	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dá outras providências.
Lei nº 10779 de 2003	Concede o benefício do seguro desemprego, durante o período do defeso ao pescador que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.
Lei nº 10849 de 2004	Cria o Programa Nacional de financiamento para ampliação e modernização da frota pesqueira.
Lei nº 11326 de 2006	Estabelece as Diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

Lei nº 11380 de 2006	Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras, arrendadas ou afretadas.
Lei nº 11524 de 2007	Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural.
Lei nº 11699 de 2008	Dispõe sobre as colônias, federações e confederações Nacional dos Pescadores.
Lei nº 11958 de 2009	Altera as leis nº 7853 e 10683 e dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura.
Lei nº 11959 de 2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da aquicultura e pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências.

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados de Brasil 2015.

O quadro revela que a partir da década de 1960 a atividade pesqueira experimentou um processo de crescimento que atribuiu aos estados e ao governo federal a responsabilidade em impulsionar e subsidiar o desenvolvimento, entretanto algumas medidas impulsionaram a marginalização da pesca.

Azevedo e Pierre (2014) apontam que os anos de 1990 apresentaram alguns avanços e contradições no cenário da pesca, em contrapartida no ano de 2003, no exercício do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura⁹, em 2009, iniciando uma nova etapa na política pesqueira, permeada por espaços participativos nas instancias consultivas e deliberativas.

Embora tenha ocorrido um crescente avanço a partir de 2003, e as características da política pesqueira tenham impulsionado o crescimento econômico, somado a política de distribuição de crédito, é notório a “prioridade dada a pesca industrial e, crescentemente, à aquicultura, e no caráter predominantemente social, focalizado e distributivo da política voltada a pesca artesanal” (AZEVEDO e PIERRE, 2014, p. 77).

Diante do exposto, projetos com infraestrutura, empreendimentos públicos e privados, como exploração de petróleo, e complexos industriais pressionam cada vez mais os pescadores artesanais que se encontram vulneráveis, pois não contam com nenhuma proteção especial que lhes garantam a permanência no seu território pesqueiro e a manutenção de seus modos de vida, corroborando, assim, para o processo de

⁹ O Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto, ainda no governo do PT (sob a presidência de Dilma Rousseff), e transformado em secretaria do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

privatização das águas e fragilizando cada vez mais a pesca artesanal. (AZEVEDO e PIERRE, 2014, p. 77).

O aumento da pobreza, vulnerabilidade e situação de injustiça ambiental sofrido pelas comunidades pesqueiras tem sido constante. Frente a esta situação, os pescadores artesanais organizados adotaram uma posição crítica ao governo. No ano de 2010, houve a criação de um novo movimento nacional e autônomo denominado Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil – MPP, que em 2012 lançou a campanha pela regularização dos territórios das comunidades Tradicionais pesqueiras com objetivo de aprovar a Lei de iniciativa popular que reconheça e dispõe acerca da demarcação das áreas de terra e água das comunidades pesqueiras, defendendo o direito coletivo a estes territórios. (AZEVEDO e PIERRE, 2014, p. 77).

Brito (2016), em seus estudos sobre a abordagem histórica do Movimento de pescadores e pescadoras artesanais do Brasil (MPP), aponta que o poder público impôs uma tutela sobre os pescadores artesanais desde o período colonial e posteriormente sobre colônias e ao longo do tempo se envolveu com maior ou menor intensidade, prescrevendo direitos e obrigações à Marinha e à Capitania dos Portos, bem como ao Ministério da Agricultura, à SUDEPE, ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), à Secretaria de Agricultura e Pesca (SEAP-PR) e ao Ministério de Agricultura e Pesca. No próximo item o tema dos movimentos será aprofundado.

2.3– As mulheres no contexto da atividade pesqueira

A pesca enquanto atividade de captura é secular, inicialmente desenvolvida e praticada em caráter de subsistência e após as alterações nos modos de vida e organização, social tornou-se uma atividade econômica produtiva.

A Lei nº 7.679 de 23 de novembro de 1988 dispôs sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e, assim, por um extenso período a atividade pesqueira permaneceu sem outras alterações. Em 29 de junho de 2009 foi sancionada a Lei nº 11.959 que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca, regulou a atividade pesqueira, revogou a Lei nº 7.679, os dispositivos do Decreto-Lei nº 221 e encaminhou outras providências.

No período anterior às regulamentações legais, os pescadores, na condição artesanal, eram reconhecidos como profissionais, mas não usufruíam de benefícios especiais previdenciários ou trabalhistas.

O processo de empoderamento e luta por direitos por parte das mulheres vem ganhando força e travando enfrentamentos há décadas na sociedade. Esses avanços são permeados de transformações e retrocessos, em destaque no plano das mobilizações para realização no plano político.

No Brasil, como resultado das mobilizações, destaca-se entre os anos de 1993 a 1996 o Programa “Mulheres na Pesca”, executado pelo Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca, que teve por diretriz estudar o papel das mulheres na pesca, registrar suas lutas e as formas de organização na perspectiva da inclusão do gênero. Posteriormente houve outros eventos importantes: O Workshop Internacional sobre a Pesca Artesanal, promovido pelo Laboratório de Ciências do Mar, da Universidade Federal do Ceará, em 1996; o Seminário sobre Pesca Artesanal promovido pelo Ministério de Agricultura e abastecimento, em 1998, na Bahia; o Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras promovido pelo Movimento Nacional de Mulheres Pescadoras, em 1999, em Teresinha; o Encontro de Mulheres Pescadoras do Nordeste, em Fortaleza, 1999 e a Primeira Conferência de Agricultura e Pesca, em 2003, são algumas das iniciativas promovidas no sentido de mobilizar e emponderar as trabalhadoras da pesca para luta por direitos.(BRITO, 2016).

Em 2004, o Governo Federal convocou o Primeiro Encontro Nacional das trabalhadoras da Pesca e Aquicultura, que foi precedido de encontros estaduais. Destaca-se também a criação da Articulação Nacional das mulheres pescadoras em 2006, no Recife, apoiado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores e do Movimento Nacional dos Pescadores. Já em 2008, ocorreu o Fórum Pan-Amazônico de Pesca. Estes eventos fomentam e questionam a participação das mulheres bem como revitalizam a organização das pescadoras.

Estas articulações influenciaram na reformulação da nova Lei da Pesca no Brasil, que incorporou a seguinte concepção ampliada de pesca:

[...] a categoria “atividade pesqueira artesanal” passou a incluir os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em

embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal [...] (BRASIL, 2013)

Estas alterações legais refletem os avanços e conquistas de significação simbólica e político, de inclusão uma vez que:

[...] as pescadoras brasileiras estão a alcançar visibilidade política, mas elas continuam a enfrentar déficits na consideração das particularidades de seus trabalhos. Muitas vezes contribui para isso a dedicação de modo descontínuo, não só porque não há procura constante, mas também porque elas conciliam com atividades fora da pesca e, principalmente, porque cuidam das famílias sem usufruírem de infraestrutura e de equipamentos coletivos apropriados[...] (MANESCHY, et. al., 2012, P.729)

O contínuo processo de ressignificação social do trabalho exercido pela mulher, que no passado era alocado no espaço privado, ganha importância à medida que as atividades são reconhecidas e passam a ser admitidas no espaço público, pois ao buscarem participação e voz, buscam meios de promover a inserção em novos paradigmas para base econômica da pesca em contextos socioculturais e socioambientais relativos à democracia. (MANESCHY, ET AL, 2012, P.730)

O reforço da invisibilidade do trabalho da mulher dificulta sua identificação, excluindo consequentemente os direitos legais a medida que:

[...] a construção de um modelo de pesca responsável passa pelo fortalecimento das comunidades de pescadores artesanais, é necessário ressaltar as relações entre homens e mulheres. Segundo o modelo tradicional de divisão de tarefas, ao homem cabe o trabalho fora, para sustento da família e à mulher, a função de dona de casa, no máximo trabalhando fora para “ajudar” [...] (MANESCHY, 2000, P.86)

Diante do exposto, a desconstrução do modelo tradicional de divisão de tarefas é uma tônica a ser cumprida para que as mulheres avancem na concretização de seus direitos, haja vista que o papel feminino perpassa desde a manutenção da tradição até as atividades produtivas que compõem a renda familiar.

2.4 – A Gestão Pesqueira no município de Quissamã

Com o propósito de avançar na compreensão sobre o funcionamento das instituições representativas da pesca em Quissamã e as formas como se organizam foi

realizado levantamento *in lócus* e o estudo das Secretarias Municipais, Conselhos e Colônia de Pescadores.



Figura VI –Município de Quissamã
Fonte: Imagem de Satélite do Google Maps (2019)

Quissamã possui uma extensão territorial banhada pelo litoral, pelas praias de Barra do Furado, João Francisco e Visgueiro. Além das praias, o município também é banhado pela Lagoa Feia, Lagoa da Ribeira e Rio do Espinho. A Lei Orgânica do município, ao propor a política pesqueira, considera a pesca artesanal como atividade exercida pelos pescadores que dela tiram seu sustento indo ao encontro com a Legislação Pesqueira Nacional.

A atual gestão municipal propôs a junção de algumas secretarias, em destaque à da pesca, ação esta que dificulta a transparência da discriminação do orçamento público destinado a área específica. E ainda que a junção seja uma estratégia para gerir recursos, as secretarias deixam de ter políticas de governo exclusivas e com maior efetividade.

Para a compreensão do cenário da pesca que se configura no município foi realizada uma entrevista com o Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca. O roteiro foi elaborado a partir de três perguntas norteadoras: Como ocorreu o processo de fusão das secretarias de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca? Como são redistribuídos os valores referentes ao orçamento público para essas secretarias? Quais são as políticas e ações do governo voltadas para a pesca?

Ao esclarecer o porquê da fusão de três secretarias, José Borba, então secretário em exercício relatou que:

“Apesar de terem interesses difusos e conflitantes, a estratégia traçada pela gestão municipal foi prudente e frisou que isso não é interessante a nível nacional, mas no município todo mundo conhece todo mundo. Embora haja dificuldades o mesmo busca mediar e fazer parcerias na medida do possível.”
(Trecho da entrevista – José Borba, 08/01/2019).

Em relação aos valores do orçamento público, o secretário informou que o orçamento é da secretaria como um todo. Na gestão anterior só havia orçamento para manter o Recurso Humano e destacou que antes de ser secretário exercia o cargo de vereador e durante sua atuação aprovou o orçamento do jeito que estava, mas quando ele chegou na secretaria a situação começou a melhorar um pouco e em 2018 solicitou algumas suplementações para manter a secretaria. E no ano passado, levou as demandas da secretaria para o projeto orçamentário e tiveram um orçamento não como a realidade necessária, mas dentro de uma prudência e coerência onde se abrem contas que podem ser suplementadas. (Trecho da entrevista – José Borba, 08/01/ 2019).

Sobre as ações do governo voltadas para pesca, o mesmo informou que não há uma agenda de ações, atendimento de pequenas demandas na esfera individual como lata de tinta, uso do trator para abrir pequenos canais de acesso a lagoa feia, auxílio para conserto de embarcações etc.

2.5- A colônia de Pescadores de Quissamã

A Colônia de Pescadores de Quissamã é presidida por uma mulher à Rosemary Ribeiro. A mesma ao ser indagada sobre sua trajetória na pesca relatou que, da infância até a vida adulta nunca teve nenhuma ligação com a pesca e em um dado momento de sua vida (depois dos 30 anos de idade) foi convidada por um amigo para trabalhar na Colônia de Pescadores Z- 3 de Macaé e devido seu bom desempenho e trabalho desenvolvido foi convidada para acompanhar a implementação da capatazia¹⁰ no município de Quissamã e aceitou o convite .

¹⁰ Funcionava como núcleo, organização de base da colônia de pescadores que ainda não havia sido implementada.

Em 12 de agosto de 2009 a capatazia deixou de existir e foi inaugurada a Colônia de Pescadores Z -27. A primeira gestão, foi exercida por um pescador no período de oito meses e devido questões de incompatibilidade, o então presidente foi destituído por meio de uma junta governativa.

Houve uma nova eleição à qual a atual presidenta se candidatou e foi eleita e reeleita para mais dois mandatos, ocupando, no momento, o terceiro mandato consecutivo.

As eleições para colônia ocorrem a cada três anos¹¹. Segundo a presidenta, na última eleição houve uma chapa de oposição. Na ocasião, a pessoa que estava pleiteando o cargo, entrou na justiça alegando fraude no processo eleitoral por parte da atual presidenta, sendo que a mesma recorreu juridicamente e o caso foi parar no Fórum e, por falta de provas, o denunciante desistiu do caso.

A presidenta também informou que pessoas da prefeitura também já tentaram retirá-la do cargo sem sucesso e que os pescadores, principalmente os marítimos, defendem muito sua permanência na presidência da colônia. A presidenta relatou ainda que desde o primeiro mandato não houve formação de novas chapas para disputar o cargo em exercício, o que confere a ela 10 anos de exercício ininterruptos de controle da colônia.

Segundo informações extraídas dos arquivos da Colônia Z-27, do quantitativo de pescadores cadastrados na entidade, 147 (cento e quarenta e sete) são homens e 14 (quatorze) são mulheres. Vale mencionar que todas as mulheres cadastradas exercem a atividade da pesca na água doce.

¹¹Nas eleições para presidência da colônia só podem votar pescadores cadastrados e com a mensalidade em dia.

Tabela 3 - Pescadores (as) cadastrados (as) na Colônia Z 27.

Ambiente de Pesca	Quantitativo
Água Doce	76
Água Salgada	85
Total	161

Fonte: elaboração própria a partir de dados da entrevistada com a presidente da Colônia de Pescadores Z-27

Tabela 4 - Localização das Mulheres na atividade pesqueira a partir dos cadastros da colônia de Pescadores Z 27.

Quantitativo	Comunidade	Ambiente de Pesca
3	Barra do Furado	Rio do Espinho
3	Beira de Lagoa	Lagoa Feia
8	Ribeira	Lagoa da Ribeira, Canal

Fonte: elaboração própria a partir de dados da entrevista.

Sobre a ocupação dos cargos na colônia, observa-se que os homens e mulheres que exercem as atividades são pescadores cadastrados na colônia e estão representando as comunidades pesqueiras do município (beira de lagoa, ribeira e barra do furado).

Tabela 5 - Estrutura de Funcionamento da Colônia Z 27.

Cargo	Distribuição dos cargos entre homens e mulheres
Presidente	01 Mulher
Secretaria	01 Mulher
Tesoureiro	01 Homem
Suplência da Diretoria	01 Mulher e 02 Homens
Conselho Fiscal	02 Homens e 01 Mulher
Suplente do Conselho Fiscal	02 Homens e 01 Mulher

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na entrevista.

Em relação à estrutura física, a Colônia funcionou, inicialmente, nas dependências do Parque de Exposições do município em uma casa com estrutura de madeira que era um espaço pequeno e sem infraestrutura. Posteriormente, passou a funcionar em um Quiosque cedido pela prefeitura na praça do Bairro Matias, entretanto, a praça entrou em obras e o espaço teve que ser desocupado, o que obrigou a administração da entidade a retornar para o Parque de Exposições. Diante desta situação, não foi possível funcionar no espaço, decidindo-se, então, junto aos pescadores, alugar uma casa para funcionamento, até tomarem posse da atual sede.

A presidenta destacou quatro projetos como fruto de conquistas da colônia. O primeiro foi um projeto voltado para aquisição de equipamentos para funcionamento da sede, que possibilitou a aquisição de mesas, cadeiras, ventiladores e armários. No período ao qual a colônia foi contemplada a sede funcionava no bairro de Matias.

O segundo projeto foi para a aquisição de equipamentos para os pescadores manterem as embarcações legalizadas. Foram distribuídos aos pescadores rádios, capas de chuva, coletes, tintas, entre outros petrechos. O terceiro projeto destacado foi fomentado pelo Banco do Brasil e consistiu na aquisição de um caminhão equipado com baú isotérmico, com capacidade para transporte e comercialização do pescado. Esse projeto foi executado em parceria com a prefeitura.

O quarto projeto destacado foi para aquisição da atual sede da colônia, adquirida e cedida pela Petrobras como medida de compensação exigida pelo Licenciamento

Ambiental Federal conduzido pelo IBAMA, referente ao licenciamento do empreendimento de instalação do trecho marítimo raso do Gasoduto projeto Rota Cabiúnas LI nº 1010/2014, processo nº 02022001184/10, inaugurado em 08 de agosto de 2018.

FOTOGRAFIA DA FACHADA ATUAL DA COLÔNIA DE PESCADORES Z - 27



Figura VII– Fotografia da fachada atual da Colônia de Pescadores Z - 27
Fonte: Arquivo Próprio.

FOTOGRAFIA DA RECEPÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES Z - 27



Figura VIII – Fotografia da recepção da Colônia de Pescadores Z - 27
Fonte: Arquivo Próprio.

FOTOGRAFIA DA PLACA INAUGURAL DA COLÔNIA DE PESCADORES Z - 27

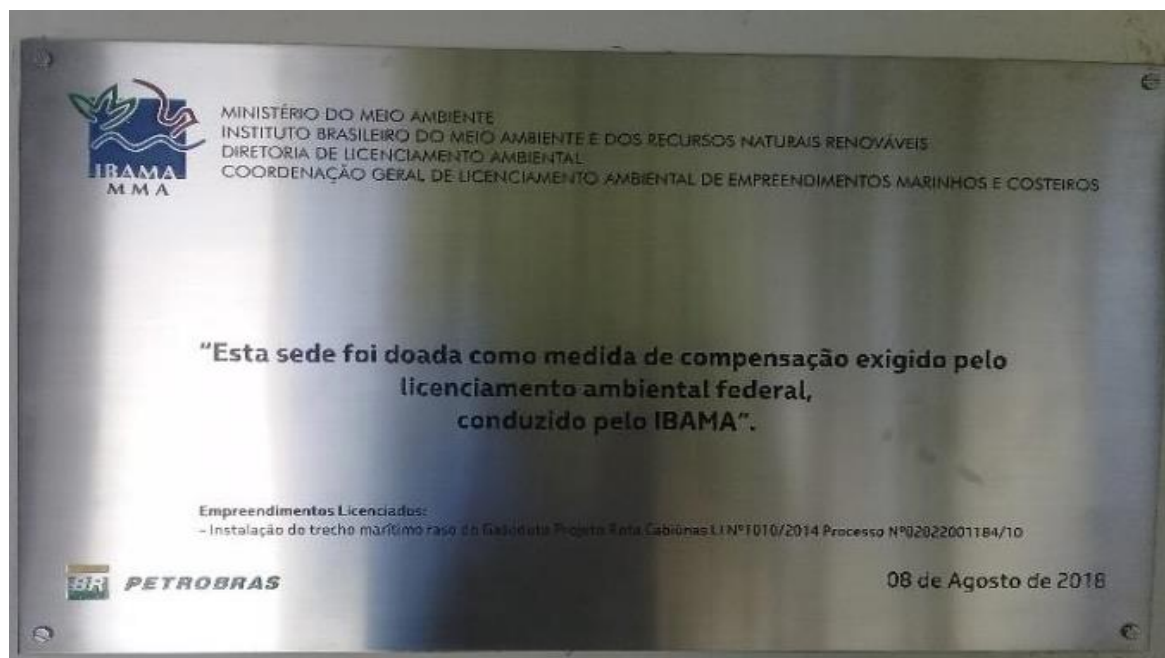


Figura IX – Fotografia da Placa Inaugural da Colônia de Pescadores Z - 27
Fonte: Arquivo Próprio.

A presidenta destacou, ainda, que há uma parceria com o Banco do Brasil¹², que permite ao pescador acesso à empréstimos com juros reduzidos. Ela enfatizou que quem realizou o primeiro empréstimo foi uma pescadora. Foi uma iniciativa bem-sucedida e que incentivou outros pescadores.

Sobre as atividades da colônia, indicou como uma das principais a renovação da carteira de pescador que a partir do ano de 2018 passou a ser feita de dois em dois anos. Destacou também a renovação da permissão de pesca, que deixou de ser anual e passou a ser a cada três anos, assim como a retirada da permissão para pesca de camarão e a retirada da carteira da marinha (renovada a cada cinco anos), a renovação do Título de Inscrição de Embarcação que ocorre a cada cinco anos; e a renovação das canoas que é a cada três anos. Em relação às embarcações, informou que na colônia há 80 canoas

¹² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

que passam pelo processo de renovação e a regulamentação da DAP¹³, que é um documento importante que dá direito à família do pescador.

Em relação à secretaria de Pesca, informou que há uma parceria com a Colônia, com a cessão de dois funcionários da prefeitura para prestação de serviços à Colônia. Ademais, a fábrica de gelo utilizada pela Colônia funciona dentro do Parque de Exposições e a secretaria também custeia a água e a luz. A secretaria também disponibiliza transporte para ir a reuniões relacionadas ao setor pesqueiro e protocolar documentos dos pescadores. As sedes anteriores também eram custeadas pela prefeitura. A verba do gelo vai para a colônia que custeia o conserto da máquina de fazer gelo a cada 2 meses no valor de dois mil reais e quando a venda do gelo é boa a cada três meses a colônia arrecada dez mil reais.

Como alternativa para o atual modelo econômico, destacou a necessidade de implementar um projeto que beneficie os pescadores voltado para a produção, e pensar na possibilidade de colocar o peixe na merenda local, comercializar, agregar valor ao pescado e expandir para fora. Em continuidade, destacou que o próximo projeto é construir, no espaço da colônia, uma loja com petrechos de pesca para que os pescadores possam comprar suas mercadorias.

Os pescadores de água doce, no período da entrevista realizada com a presidenta, não tinham recebido o Defeso¹⁴ e a colônia estava auxiliando-os com pequenos empréstimos para compra de remédio, pagar pendência em banco, entre outros, e disponibilizou também algumas cestas básicas.

A organização e atualização de documentos dos pescadores fica sob responsabilidade da colônia o qual a presidenta faz toda a mediação. Tal ação gera uma ambígua situação de conforto e ao mesmo tempo de dependência. Não há por parte da colônia um incentivo e nenhum trabalho que promova a independência dos pescadores.

¹³ Declaração de Aptidão ao PRONAF. É a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É indispensável para acesso a políticas públicas como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar e Habitação Rural.

¹⁴ O defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. Nesse período é garantido por Lei (Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, alterada pela Lei nº 13.134, de 14 de junho de 2015) ao Pescador profissional artesanal o pagamento de seguro-defeso, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, que é o seguro-desemprego especial, pago ao pescador. (BRASIL, 2014).

Por outro lado, não há por parte dos pescadores uma organização no sentido de busca pela autonomia. A colônia cobra uma taxa mensal e o pescador que não fica em dia tem todas as atividades bloqueadas. No município também tem pescadores que ainda permanecem com seus cadastros no município de Macaé.

Sobre a gestão dos recursos hídricos no município a mesma destacou o assoreamento e desaparecimento de muitas lagoas e citou como um problema a questão da pesca predatória. Frisou que há muitos pescadores que não possuem o Registro Geral da Atividade Pesqueira ¹⁵– RGP e pescam o ano inteiro, não respeitam o período do defeso e a fiscalização não chega até a eles, haja vista que os que são documentados também exercem a pesca predatória e a colônia não tem nenhum poder para fazer essa fiscalização. O máximo que fazem é ligar para o IBAMA “mas o problema é que quando o IBAMA chega todo mundo já sabe, um avisa para o outro, ai não pega ninguém, então é bem complicado” (Relato da entrevistada).

Ainda sobre o contexto do território pesqueiro, a presidente da Colônia destacou a apropriação dos recursos naturais pelas empresas e agentes econômicos que regulam a economia e determinam a política local.

“Barra do Furado ficou prejudicada com a obra da Odebrecht depois que eles mexeram com a fauna a flora, interferiram nos locais onde tinham os criadores, meteram maquinários e não deram uma compensação que é do governo do estado e os fazendeiros que jogam químicas bravas na lagoa e “e se continuar como está, o pescador vai sendo cada vez mais oprimido do espaço deles e isso são coisas graves e as autoridades tem que dar conta disso” (Trecho da entrevista – Presidenta da Colônia Z 27, 2019).

Embora identifique retrocessos e processos de apropriação e injustiça em relação aos pescadores e comunidade pesqueira, acredita em melhorias para a pesca no cenário Estadual.

As situações expostas no capítulo levam a uma reflexão acerca dos diversos fatores que corroboram para desarticulação e enfraquecimento da identidade pesqueira,

¹⁵ O decreto nº 8.425 de 31 de março de 2015 regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade pesqueira e para concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. O art. 1º decreta: O RGP é o instrumento prévio que habilita a pessoa física ou jurídica e a embarcação de pesca ao exercício da atividade pesqueira no Brasil. 2º A atividade pesqueira no Brasil só poderá ser exercida por pessoa física, jurídica e embarcação de pesca inscrita no RGP e que detenha autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

bem como a invisibilidade das mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca, já sinalizado por Bennet (2005), quem evidencia o foco da gestão pesqueira nos recursos pesqueiros e nas políticas públicas para captura, ao mesmo tempo que exclui da estatística dados desagregados por sexo, o que impede uma verificação do perfil demográfico das mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca. Ademais, em tais pesquisas as informações sobre as mulheres são coletadas por meio da ótica masculina (os homens falam pelas mulheres), o que oblitera o discurso delas.

A partir da narrativa no presente capítulo sobre a organização, gestão e práticas que perpassam o papel da colônia, é perceptível a ausência de ações que reconheçam as mulheres que atuam na atividade pesqueira. A representatividade feminina é baixa, não havendo uma estratégia para inserção de novas mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisão.

As práticas cotidianas observadas dentro da Colônia reforçam a segregação feminina e a falta de diálogo entre as mulheres que têm suas falas deslocadas e não reconhecidas nas reuniões e demais atividades regulares. A presidenta da colônia não identifica nas outras mulheres a possibilidade de construir novas políticas de inserção, valorização das mesmas no ambiente da pesca.

Neste sentido, o próximo capítulo tem por objetivo revelar as mais variadas histórias e situações nas quais as mulheres estão inseridas a partir de seus relatos e propor uma reflexão crítica acerca da temática.

CAPÍTULO III – MULHERES QUE EXERCEM ATIVIDADES NA PESCA ARTESANAL EM QUISSAMÃ: PERFIS E NARRATIVAS

3.1 – A coleta de dados

Para alcançar o objetivo principal da pesquisa decidiu-se observar e analisar os espaços que as oito mulheres que comporam a amostra da pesquisa ocupam. Visitei suas residências, local onde beneficiam o pescado, fui aos locais onde realizam a captura e percorri a comunidade para conhecer um pouco mais sobre a vida cotidiana. A proposta básica foi focalizar o mundo da pesca artesanal, indagar, descrever e compreender como elas no seu cotidiano, enquanto sujeitos de direito, constituem, organizam e administram as suas rotinas laborais.

Para conhecer a vida e as rotinas destas mulheres, foi realizado inicialmente um trabalho exploratório de campo, identificando e registrando as características principais da atividade pesqueira na localidade escolhida e contatando os sujeitos desta investigação com o intuito de estabelecer um vínculo de confiança. O segundo momento mediado por conversas foi dedicado à aplicação dialogada de um roteiro semiestruturado de entrevistas que foi desenhado e validado pela autora conjuntamente com a equipe de pesquisadores do Projeto Mulheres da Pesca.

O instrumento de pesquisa foi idealizado para dar conta das principais questões ligadas às relações de gênero e temáticas afins à condição feminina, que perpassam o cotidiano das mulheres que atuam na atividade pesqueira, das diversas formas desde a captura ao preparo (ver Apêndice).

O roteiro foi organizado em um tópico inicial sobre a história de vida¹⁶ dessas mulheres, com vistas a identificar como elas ingressaram na atividade pesqueira, quais são as situações geradoras de conflitos (política governamental e/ou atividades

¹⁶A história de vida é o método de pesquisa que consiste na coleta de dados de fonte biográfica e “compõem o campo mais amplo da pesquisa qualitativa e mais especificamente da história oral. [...] Sendo assim, ela recobre narrativas e relatos - sobre um fenômeno, um acontecimento ou um período de tempo -, colhidos por meio de estudo documental, depoimentos e entrevistas (gravadas em áudio e/ou vídeo) as quais podem ser trabalhadas por meio de diversos procedimentos e técnicas” (SILVA et. al, 2010, p. 69).

econômicas). Na sequência, outros eixos foram explorados: 1) uso do tempo: com objetivo de investigar o tempo dispensado às atividades pesqueiras e às atividades domésticas e por ser uma variável que pode aprofundar desigualdades, visto que as mulheres ficam expostas às condições de trabalho e de rotina de vida, devido à condição feminina; 2) educação: com o objetivo de investigar o acesso à educação formal e informal, a realização de cursos ou formações pertinentes à realização da atividade e ou à geração de renda; 3) Saúde: com objetivo de investigar o acesso aos serviços de saúde e aos problemas relacionados à atividade pesqueira; 4) Documentação: para identificar se as mulheres possuem documentos que comprovem a atividade pesqueira.

Os três últimos eixos permitem identificar o formato das relações estabelecidas entre as trabalhadoras da pesca e grupos e entidades que possuem vinculação com o universo da pesca, a fim de identificar a presença de atores coletivos, tais como cooperativas, colônia, associações e demais entidades representativas da pesca. Por fim, a partir destes eixos buscou-se compreender a relação com as entidades fiscalizadoras da atividade pesqueira, com o objetivo de investigar a relação das mulheres com estes órgãos e a percepção que elas têm destes atores.

Diante do exposto, é oportuno ressaltar que a pesquisa de campo foi realizada em três etapas conforme roteiro desenvolvido pelo Projeto Mulheres na Pesca. A primeira se constituiu como exploratória, de observação, para que os pesquisadores pudessem conhecer e identificar o território e estabelecer um primeiro contato com os sujeitos da pesquisa e informantes chave. A segunda parte foi a das entrevistas semiestruturadas com as mulheres identificadas na primeira etapa; e a terceira etapa foi a das filmagens ou registro audiovisual nos ambientes de vida, por meio do qual as entrevistadas puderam revelar seu cotidiano e experiências sobre seus labores.

Como já dito, no município de Quissamã existem 14 mulheres cadastradas na colônia de pesca Z- 27. Os dados levantados pela pesquisa do PEA Pescarte alcançaram quarenta e oito mulheres. Deste quantitativo, para aprofundar as questões propostas na pesquisa, o Projeto Mulheres na Pesca atuou com o universo de oito mulheres a partir deste recorte. Assim sendo, a presente pesquisa se propôs a investigar a história de vida destas mulheres por meio da aplicação de um roteiro preestabelecido de entrevista semiestruturada, que pudesse captar aspectos biográficos e do cotidiano.

Para melhor compreensão, organizei a narrativa das mulheres entrevistadas de acordo com suas respectivas localidades. Inicialmente, descrevi o perfil destas mulheres e em seguida transcrevi, fragmentos significativos de seus depoimentos acerca dos eixos explorados nas entrevistas. As entrevistadas têm a faixa etária entre 29 à 55 anos e a pedido das mesmas, utilizei nesta dissertação, nomes fictícios para preservar suas respectivas identidades.

3.2 - Perfil e narrativa das entrevistadas da comunidade da Barra do Furado (Selma, Tatiana e Sofia)

Selma é nascida e criada na comunidade de Barra do Furado. Ela é solteira e morou por alguns anos em outro município, mas retornou ainda jovem para sua comunidade de origem. Foi iniciada na atividade da pesca por meio do seu pai. Realiza a pesca com rede de espera e captura siri e camarão com armadilha; limpa, beneficia e vende o seu próprio pescado. Desde há algum tempo possui o Registro Geral da Pesca (RGP).

Tatiana é nascida e criada na mesma comunidade. É casada e o marido e os filhos não exercem a atividade da pesca. Foi iniciada na atividade por meio do seu pai, possui RGP, limpa, beneficia e vende o seu próprio pescado.

Sofia é nascida e criada na comunidade, é casada; filha e irmã de pescador (seu é falecido), também exerce a atividade de pesca com tarefas de beneficiamento do pescado. Iniciou na atividade após o casamento e buscou-a como forma de sobrevivência. Não possui o RGP e afirma não realizar a atividade de captura do pescado.

As três mulheres compartilham o mesmo território produtivo, mas não possuem nenhum tipo de organização formal. Se reúnem esporadicamente quando surge uma demanda de trabalho¹⁷.

Em relação ao uso do tempo, as entrevistadas informaram que a rotina da pesca é determinada pela sazonalidade, que por elas foi classificada como período do verão e inverno. As mesmas relataram que no verão a pescaria é melhor e no inverno diminui a

¹⁷ Se houver uma grande quantidade de pescado para beneficiar, algumas mulheres se organizam informalmente para receber a demanda, sendo essa uma forma de ganhar um dinheiro extra.

quantidade disponível de pescado. Tatiana e Selma, pescadoras artesanais profissionais, realizam a pesca em ambiente de águas de interiores, estando regulamentadas no defeso continental, que inicia em primeiro de Novembro e encerra-se em primeiro de Março. Para elas, o período do defeso é necessário para manter a preservação das espécies, entretanto consideram que esse período está inadequado com o período correto da reprodução das espécies, pois quando a pesca é reaberta, os peixes se encontram ovados, ainda completando seu ciclo de reprodução, portanto, impróprios para captura.

Ainda sobre a questão relativa ao defeso, as mesmas informaram que neste período, em razão da proibição da captura do pescado para comercialização, elas realizam atividades extras para complementar a renda, como faxina ou auxiliar de restaurantes e quiosques.

No segundo tópico relacionado ao histórico de vida, Selma, Tatiana e Sofia revelaram que entraram na atividade pesqueira jovens, por conta da necessidade de complementar a renda familiar, por falta de opção de trabalho e por influência familiar, visto que pais e irmãos já exerciam a atividade.

Em relação a situações geradoras de conflitos, as entrevistadas relataram que tem orgulho da atividade que realizam, mesmo diante da resistência e desrespeito de muitos homens:

[...] pescava no meio de homens, que vinham sei lá de onde! Eles achavam que por a gente ser mulher, de repente era mais fácil tomar alguma coisa da gente, né? Ficava jogando conversa fiada, ficava fazendo xixi na frente da gente, aquelas coisas todas. Tudo isso é problemático, mas a gente foi empurrando, foi levando, e muitas pessoas daqui conhecia a gente desde criança também [...] (Relato de Selma - Banco de dados do projeto mulheres na pesca, barra do furado, 2018).

As entrevistadas destacaram que os homens por muitas vezes não davam credibilidade e desvalorizam a atividade realizada por elas, como se fosse a pesca uma tarefa masculina. Diante disso, Alencar (1991) aponta para o fenômeno da valorização da diferenciação do trabalho de acordo com o gênero, a partir da sociedade hegemônica, onde “mulheres desempenham papéis socialmente entendidos como de coadjuvantes na tradição da pesca e reforçam a divisão socioespacial reproduzida pelo modelo dominante”. (ALENCAR, 1991, p.23)

Sobre a forma como se enxergam a si mesmas no contexto da atividade pesqueira, as entrevistadas afirmaram que, apesar de exercerem a atividade há bastante tempo, ainda há uma resistência masculina e por parte de outras mulheres.

“Eles acham que a gente não é pescadora. Eles acham que quem é pescador tem que entrar pro mar, pegar peso, eles não consideram pescador, que pesca em beira de lagoa e rio como agente”. (Relato de Selma)

Segundo Beck (1991, p.10), “o fato da pesca ser definida como uma atividade masculina contribui para tornar a mulher invisível, não só na pesca como na comunidade pesqueira”. Em suas análises sobre a temática, Sorj (2010) aponta que as diferenças e desigualdades de gênero se expressam na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres as tarefas de cuidado com a família.

No eixo das entrevistas relacionado à educação, Tatiana concluiu o ensino médio e Selma e Sofia possuem o ensino fundamental incompleto. As três entrevistadas informaram que participam de cursos oferecidos pelos Projetos de Educação Ambiental, que atuam no município além de cursos ligados à pesca, oferecidos pela Colônia. Entretanto elas não manifestam interesse em prosseguir nos estudos formais.

A necessidade de trabalhar para as mulheres entrevistadas surge muito cedo por questões de sobrevivência e as mesmas precisam abdicar de um tempo disponível para realizar as atividades da pesca e do lar e em sua maioria não conseguem conciliar com uma rotina de estudo à qual a escola formal exige. Embora a comunidade seja em sua maioria composta por pescadores(as) artesanais, não existe até o momento nenhuma política pública de valorização da classe pesqueira.

Segundo as entrevistadas, na comunidade não há oferta de cursos para Educação de Jovens e Adultos, o oferecimento dessa modalidade de ensino é feita na sede do município que fica a 38 quilômetros da comunidade e o transporte é precário. Quando indagadas sobre a possibilidade de retornar aos estudos, as mesmas relatam que a falta de tempo e as condições físicas impostas pelas múltiplas tarefas exercidas na pesca (acúmulo de trabalho em decorrência da conciliação entre o trabalho doméstico de cuidado da casa e dos filhos com o trabalho remunerado na pesca) impõe um limite físico ao retorno à escola.

Relatam que são impedidas pelos próprios maridos de retornarem à escola, por imposição dos papéis sociais – o cuidado dos filhos e demais membros da família é considerado como tarefa exclusiva da mulher - definidos na relação de gênero no interior da organização familiar.

As mulheres entrevistadas valorizam o conhecimento formal oferecido na escola, entretanto o percebem como algo distante de suas expectativas e realidade, depositando em seus filhos(as) o anseio e a responsabilidade de frequentar a escola para, desta forma, terem a oportunidade de vislumbrar um futuro diferente ao delas e de seus pais.

Em relação ao eixo da saúde, as entrevistadas informaram que no município de Quissamã a oferta de serviços é de qualidade, mas ao narrarem sobre suas condições, reconheceram que costumam ter com frequência dores nas costas, pernas, tendinite e lesões por esforços repetitivos, e quando sentem dores, optam por automedicar-se e recorrem a algum remédio para aliviar a dor, mas não deixam de realizar suas atividades habituais.

A Constituição Federal de 1988 considera a saúde como um direito e dever do Estado. Há uma Política Nacional de Saúde Integral das populações do campo, da floresta, das águas que inclui pescadores e pescadoras, além da Política Nacional da saúde do trabalhador e trabalhadora, que considera que, na prática, ter acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o pescador e pescadora é:

[...] ter direito gratuitamente à toda forma de assistência à saúde, como: vacinação para prevenção de doenças; pré-natal; exames para diagnóstico e tratamento de doenças em unidades de saúde, ambulatórios, hospitais, exames, prevenção de câncer, reabilitação como fisioterapia, terapia ocupacional e outros serviços de saúde [...] (ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS/ANP, 2018, p.09)

Para garantir essa assistência, existem formas de participação em Conselhos de saúde nas esferas municipais, estaduais e federal. A cada quatro anos, ocorrem as Conferências, onde os debates e proposições acontecem de forma participativa. Outra forma importante para exercer o Controle Social,¹⁸ é por meio da participação em Conselhos Municipais de Saúde.

¹⁸ O conceito de 'Controle Social' envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção

No caso de Quissamã, atualmente a cadeira do Conselho referente à pesca é ocupada pela presidenta da Colônia que tem como suplente um pescador. O que se evidencia é a distribuição de protetor solar para os pescadores e prioridade na marcação de consultas, mas na prática essas marcações não acontecem e grande parte dos pescadores(as) não tem conhecimento do que é ter o SUS para o pescador e a pescadora.¹⁹

Observa-se que as mulheres entrevistadas não conseguem associar as doenças as quais são acometidas às suas condições e práticas de trabalho e por conta da falta de tempo não procuram tratamento adequado. A prática da automedicação é muito comum entre elas. As mesmas relatam que quando sentem dor tomam um chá de ervas plantadas no quintal de suas residências ou compram algum tipo de medicamento para dor por conta própria. Só procuram o médico depois de esgotar todas as tentativas de tratamento caseiro. Não há uma consciência sobre a importância da saúde preventiva. A relação com o profissional da saúde não é valorizada. Outro fator que corrobora para a situação é a dificuldade de acessar os equipamentos de saúde devido à distância entre as residências e a unidade de saúde, e os horários que as fichas para consulta são distribuídas são incompatíveis com a rotina do trabalho, dificultando o acesso.

No eixo documentação e regulamentação pesqueira, Selma e Sofia possuem o Registro Geral da Pesca- RGP e são filiadas à colônia, localizada no município. Tatiana não possui nenhum tipo de documentação que comprove o exercício da sua atividade e não é filiada à colônia de pescadores.

As três entrevistadas relataram a dificuldade para retirar o Registro Geral e que a confecção do documento estava bloqueada há algum tempo. Outro fato relatado é o exercício clandestino da profissão, em razão da burocracia e da dificuldade para retirar o documento. No momento, sublinharam que para retirar o documento precisam de

dos seus interesses de classe, tendo em vista a construção hegemonia. Barros (1998) trata o 'controle social' sobre a ação estatal dentre da perspectiva da democratização dos processos decisórios com vistas à construção da cidadania. Destaca que "ao longo de décadas, governos submeteram os objetivos de sua ação aos interesses particulares" de alguns grupos dominantes, sem qualquer compromisso com o interesse da coletividade "(BARROS, 1998, p.31)

¹⁹ É ter direito, gratuitamente, à toda forma de assistência à saúde, como: "vacinação para prevenção de doenças; pré-natal; exames para diagnóstico e tratamento de doenças em unidades de saúde, ambulatorios, hospitais; exames de prevenção de câncer; e tantos outros serviços de saúde".(Cartilha a saúde dos Pescadores Artesanais, 2018, p.09)

testemunha e, na maioria das vezes, os pescadores se recusam a atestar a veracidade das informações sendo esse um dos fatores que dificultam a retirada do documento.

Observa-se de modo geral que as mulheres casadas têm mais facilidade para obter o reconhecimento ainda que seja como acompanhante de seus respectivos esposos, carregando o título de esposa de pescador. Diferente das mulheres que não são casadas e por sua vez tem um pouco mais de dificuldade por não contar com esse “reconhecimento”. Algumas mulheres reconhecem que é necessário o empoderamento²⁰ feminino e para isso é preciso enfrentar e desconstruir valores e preconceitos arraigados nas comunidades.

No eixo que investiga a relação com grupos que exercem a atividade pesqueira, Selma e Sofia relataram que participam das reuniões da colônia de pescadores, mas as mulheres não se apropriam deste espaço para reivindicação de suas causas. Tatiana não participa, porém informou que no passado houve em Barra do Furado uma associação de mulheres no local da qual fazia parte e frequentava, mas por conta de um grave acidente fatal com uma das associadas, a associação foi extinta.

Os relatos de campo corroboram com os postulados teóricos de Leitão (2013, p.108), que evidenciou que a dificuldade da participação das mulheres em movimentos sociais relacionados à pesca emerge como forma de marginalização, ao passo que essa invisibilização da mulher no plano profissional contribui para um certo protagonismo masculino no interior dos movimentos.

Nos eixos relacionados às entidades representativas e reguladoras da pesca, Selma e Sofia relataram que a colônia atende às demandas na medida do possível. Já em relação aos órgãos fiscalizadores, afirmaram que não há fiscalização da atividade, principalmente no período do defeso e por não haver fiscalização, muitos pescadores desrespeitam o período estipulado para o defeso.

²⁰ Parente e Guerrero (2012, p. 180) apontam que “o empoderamento é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero”.

3.3- Perfil e narrativa das entrevistadas da comunidade de Beira de Lagoa (Claudia, Marta e Ana)

Claudia chegou ao município de Quissamã em busca de novas oportunidades de trabalho e com sonho de melhorar as condições de vida. Viu na pesca uma alternativa para mudar sua situação financeira e iniciou na atividade. Após um período, conseguiu tirar sua documentação. Claudia é divorciada. Exerce a pesca lagunar, possui sua embarcação própria e pesca com rede de espera. A mesma beneficia e vende seu pescado.

Marta é nascida e criada na comunidade. Ela é casada. Atualmente, pratica a atividade de pesca com o seu esposo, mas foi iniciada na atividade por meio do seu pai. Possui RGP há oito anos. Limpa, beneficia e vende o seu próprio pescado.

Ana é nascida e criada na comunidade. É casada. Foi iniciada na atividade pelo seu esposo com quem realiza a atividade. Apenas eu esposo possui o RGP. Além da captura, ela realiza também a atividade de beneficiamento do pescado, em conjunto com seu marido.

As embarcações utilizadas por Cláudia, Marta e Ana possuem um comprimento que varia até o tamanho de 12 metros e um motor que se localiza na Popa.

Em relação ao primeiro tópico da pesquisa sobre o uso do tempo, as entrevistadas informaram que pescam diariamente e só pausam a atividade no período do defeso que vai de novembro a fevereiro. As mesmas têm práticas semelhantes. Acordam entre 3 e 4 horas da manhã, vão pescar às 4:30 e retornam, aproximadamente, 11 horas da manhã. Vão à lagoa colocar as redes de espera (arte da pesca utilizada) e retornam para suas casas. E no dia seguinte, retornam à lagoa para correr suas redes.

No segundo tópico, relacionado ao histórico de vida, Marta relatou que seu pai fez uma promessa, que se conseguisse criar os seis filhos com o dinheiro da pesca, ele construiria uma igreja e assim ele fez. Primeiro ele comprou a casa e depois construiu a igreja de todos os santos: “o padre vem todos os meses celebrar a missa” (Relato de Marta - Trecho da entrevista).

No caso de Marta, assim como as demais mulheres entrevistadas, nota-se que a questão da fé e as práticas religiosas regulam modos, costumes e hábitos.

Marta se identifica como pescadora profissional e não tem vergonha da sua profissão. Ao ser indagada acerca da percepção dela enquanto pescadora e o trato por parte da comunidade, a mesma informou que é comum, pois na localidade quase não tem outro tipo de trabalho. É normal ser pescador e pescadora. Reforçou que sua pescaria é de segunda a quinta, porque ela e o marido possuem um restaurante na comunidade, que funciona de sexta a domingo, oferecendo refeições. Todo o seu pescado é preparado e vendido neste estabelecimento.

Ao que se refere à regulamentação da atividade pesqueira, Marta relatou que não teve dificuldade ao dar entrada nos documentos para o registro de pescadora profissional. A presidenta da colônia acompanhou todo o processo e a carteira levou 3 anos para se emitida. Em seu relato, Marta contou sobre o processo de habilitação da carteira de pesca profissional:

“Eles perguntam qual tipo de rede, tamanho da linha, tipo de peixe, quantos quilos de peixe você pega por dia, semana, mês... é assim! O nome todinho dos peixes que a gente pega tem que falar! (Relato de Marta - Trecho da entrevista).

Sobre a dinâmica da atividade pesqueira, Marta informou que o barco tem motor, mas em diversos locais de pesca é necessário o uso do remo, gerando uma sobrecarga de trabalho que afeta as condições físicas dos pescadores. Em um sistema de divisão sexual de tarefas, cabe ao homem o esforço de conduzir o remo, por ser tratar de uma tarefa considerada “pesada” para a mulher, que se concentra no exercício de lançar e puxar a rede. Há aqui uma distinção clara entre o trabalho “leve” e “pesado”, ainda que o trabalho com a rede exija um esforço físico igualmente estafante, no entanto, é considerado mais “leve”, pois pode ser exercido pela mulher. A condução do barco também possui uma conotação simbólica. Como na organização familiar, onde o homem é o chefe da casa, na pescaria é ele quem conduz o barco e os tripulantes e cabe à mulher o papel auxiliar de lidar com a rede nos momentos que o homem está com a posse do remo.

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, se fazendo presente em estado, objetivado nas coisas. E em todo mundo social, em estado incorporado nos *habitus* dos agentes, funcionando a partir de esquemas de pensamento, percepção e ação (BOURDIEU, 2002, P.21) Assim, existe uma rotina de trabalho pré-estabelecida que reproduz a lógica da dominação, definindo papéis na divisão sexual do trabalho.

No eixo relacionado ao tema da educação, Marta revela que possui poucos anos de estudo, uma característica marcante nestas comunidades. A interrupção dos estudos foi motivada pelo matrimônio precoce, aos 16 anos. Deste matrimônio, teve duas filhas, uma já falecida aos 15 anos. A outra não atua na pesca, evidenciando as dificuldades de sucessão geracional na pesca. No entanto, a pesca é para mulheres como Marta a única alternativa de sobrevivência econômica, fato comprovado quando indagada se permaneceria na pesca, na qual foi respondida por ela que pretende se aposentar na profissão.

Em relação ao eixo saúde, Marta não acredita ter tido doenças relacionadas ao exercício da atividade de pesca. Informou, no entanto, que possui dores na coluna, mas as dores não podem exigir destas mulheres a interrupção do trabalho. O convívio com a dor acaba por naturalizar os processos traumáticos de agravamento das condições de saúde destas trabalhadoras, visto que a interrupção do trabalho para o cuidado com o corpo e a saúde é percebida como “tempo perdido”, que afeta a produtividade do seu trabalho e consequentemente a renda.

Marta revela ainda a rotina da maioria das mulheres trabalhadoras da pesca que dedicam seu tempo à múltiplas tarefas, alternando o tempo dedicado à produção com o os cuidados da casa e dos membros dela. Nesta rotina, ela recebe o auxílio do marido e da mãe no trabalho de processamento do pesca (limpeza de peixe), mas o trabalho doméstico é de responsabilidade exclusiva dela.

Ao ser indagada sobre o cenário atual da pesca, Marta informou que percebe graves alterações nos ambientes de pesca que condicionaram redução dos estoques pesqueiros:

“A gente ia na lagoa e voltava cheia de peixe né?! Hoje não pega nada assim, dois quilos, dez quilos” (Relato de Marta – Trecho da Entrevista).

Em continuidade, para Marta a causa mais provável dos desequilíbrios no ambiente está relacionada ao esforço de pesca causado pelo desrespeito ao período do defeso, quando as espécies estão em processo de reprodução: “Eu e ele (se referiu ao esposo) respeita, mas outras pessoas não respeitam e pesca”.

Acerca da fiscalização, a entrevistada relatou que na comunidade não há a presença do agente fiscalizador, o que compromete, sobremaneira, a disponibilidade do peixe, visto que o desrespeito ao defeso é reforçado pela ausência da autoridade

fiscalizadora. Ela relata, ainda, que em consequência da ausência de fiscalização, pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos (distrito de Campos dos Goytacazes) vão para a comunidade pescar e alguns pescadores da própria comunidade que recebem o defeso e não respeitam.

“A gente reclama, mas ninguém age!” (Relato de Marta – Trecho da Entrevista).

Ainda com relação a aspectos profissionais da pesca, a manutenção dos materiais de pesca é de responsabilidade conjunta entre o homem e a mulher. Ao ser perguntada se percebe diferença na pesca atualmente com relação à época que pescava com a irmã, Marta respondeu que sim:

“Tem diferença porque a gente vai pra longe né?!, agora pra ir pra longe não tem perigo, não tem medo, porque homem já tem mais prática no motor essas coisas né!” (Relato de Marta – Trecho da Entrevista)

Assim como Marta, Ana atualmente exerce a atividade de pesca com seu esposo, e juntos possuem aproximadamente setenta redes. Também destacou que iniciou a pescaria ainda jovem com uma amiga e muito tempo depois que seu esposo entrou para atividade.

Atualmente, Ana possui apenas a Carteira da Marinha, devido à problemas na identidade que impossibilitou a emissão dos demais documentos de pesca. Por este motivo, até hoje ela não conseguiu retirar o RGP. Por outro lado, seu esposo, que iniciou a atividade pesqueira cinco anos depois dela, possui toda documentação e a mesma naturaliza este fato em sua fala e em momento algum problematiza esta situação.

A mesma frisou em sua fala que ela e a amiga Marta foram as primeiras mulheres da comunidade a se tornarem pescadoras e são as únicas que se dedicam em tempo integral à atividade, ao passo que outras mulheres, por perceberem os benefícios da documentação, iniciaram na atividade, embora não realizam a pescaria como principal ocupação profissional.

No que se refere à questão educacional, Ana, assim como outras mulheres pescadoras da comunidade, possui poucos anos de estudo. A falta de estímulo por parte da família e de perspectiva própria, aliada à migração para outro município (com aproximadamente doze anos, Ana foi enviada, pela mãe, para Macaé para ser criada pela irmã mais velha) desmotivou-a a prosseguir com os estudos formais.

Já no que diz respeito à percepção própria enquanto pescadora, Ana ressalta o orgulho que possui em carregar uma identidade de pescadora. Assim, como Marta, ela afirma o desejo de se manter na pesca até a aposentadoria, razão pela qual a fez praticar a pesca independente do marido.

Ao ser questionada sobre a escassez de recursos pesqueiros, ela relatou que a quantidade de peixes capturados diminuiu considerável nos últimos anos. Ana reforçou o relato de Marta, ao denunciar a prática de pesca clandestina no período do defeso, realizada, inclusive, por pescadores do distrito campista de Ponta Grossa dos Fidalgos.

Sobre o eixo que investiga as relações dos pescadores com grupos e instituições de classe, a entrevistada diz que não participa das reuniões e atividades da colônia.

Acerca da rotina de trabalho, Ana relatou que sai as quatro horas da manhã para pescar e retorna aproximadamente onze horas. Ao retornar da pescaria, começa o trabalho de limpeza do peixe capturado, atividade realiza em conjunto com o marido. Quando retorna da lagoa, o trabalho produtivo é conciliado com os afazeres domésticos (limpeza e organização da casa e preparo do almoço), evidenciando as múltiplas tarefas que as mulheres trabalhadoras da pesca possuem.

Em relação à saúde, Ana relatou não perceber nenhum problema de saúde que tenha sido agravo provocado pelo trabalho na pesca.

Diferente de Ana e Marta que são originárias da comunidade de Beira de Lagoa, Cláudia, a terceira interlocutora desta pesquisa, é migrante, proveniente de outro município e estado da Federação. Claudia chegou à comunidade sem nenhuma experiência na pesca, mas em face das condições objetivas de vida terem se agravado, encontrou na pesca um meio de sobrevivência, após conhecer uma pessoa que ensinou a arte da profissão. Após iniciar na profissão, buscou de forma autônoma, por meio de contato com a Colônia, a documentação de pescadora profissional.

Quando perguntada acerca da existência de conflitos na comunidade, Claudia revelou três fontes de conflitos na pesca. A primeira versa sobre o processo de apropriação privada dos recursos naturais, por meio da privatização das áreas de acesso à lagoa, por parte dos fazendeiros locais:

“Pra entrar nessa lagoa ninguém tem entrada, ninguém tem entrada nessa lagoa. Pra passar dentro dos fazendeiros que eles tomaram conta de tudo. Pra gente poder passar, eles botam cadeado nas cercas, tem cerca elétrica, é o maior

sufoco pra gente entra de madrugada na lagoa. Quando panhava o peixe, tinha que trazer aquelas coisas tudo na cabeça. O maior sufoco pra gente poder tirar um peixinho de dentro da lagoa. Ai os fazendeiros não deixam entrada pra ninguém e depois fica acusando todo mundo de ladrão. Não querem dar chave pra ninguém” (Relato de Claudia - Trecho da entrevista)

A segunda fonte de conflito se assenta na ausência de fiscalização dentro das lagoas da região, fato que estimula a pesca clandestina em época do defeso. Neste contexto, Claudia reforçou a denúncia já realizada pelas outras duas interlocutoras acerca da presença na Lagoa de pescadores oriundos de Ponta Grossa dos Fidalgos, que é igualmente banhada pela Lagoa Feia. Além dos pescadores forasteiros, Claudia ressaltou ainda que a prática de desrespeito do defeso é comum também entre os pescadores da própria comunidade. Ela lembra que na época de sua chegada à comunidade, a presença do IBAMA era constante na lagoa e que a prática policial de apreensão de materiais de pesca e suspensão de carteiras era uma tônica da atuação do órgão para coibir a pesca no defeso.

A terceira fonte de conflito tem também os próprios pescadores como atores e é motivada pelo furto de petrechos de pesca na lagoa:

É motor, é rede, é tudo, que a gente deixa lá e quando você volta não acha mais nada, nem a gasolina. Quando você encontra seu motor, levante as mãos para o céu e agradeça a Deus, quando eles tiram só a gasolina. E quando você chega lá que não acha mais nem o motor? Nem o motor, nem rede nem nada! É invasão! É muito sofrido a vida do pescador! (Relato de Claudia - Trecho da entrevista)

Sobre a atual situação da pesca, a entrevistada relatou que no passado a renda obtida com a pescaria era maior (em torno de dois salários mínimos), contudo atualmente a escassez de pesca inviabiliza a pescaria.

“Agora tá muito sofrida a vida do pescador ai dentro dessa lagoa aí” (Relato de Claudia - Trecho da entrevista)

Em seu relato, ela informou que para encontrar pescado e conseguir realizar a atividade, precisava entrar na lagoa mais cedo que Marta e Ana. No entanto, apesar deste contexto adverso, Claudia relatou que tem orgulho da sua identidade de pescadora artesanal.

Sobre a sua rotina de trabalho, Claudia relatou que a pescaria era realizada de domingo a domingo e que no momento não estava realizando a captura devido à

escassez, razão pela qual ingressou em um trabalho temporário como meio de sobrevivência.

Os estudos formais também foram escassos na vida de Claudia e a saúde, ainda que a pesca exija um desgaste físico enorme, as dores agravos na saúde não parecem, na opinião dela, estar associados à lida na pesca. Claudia apenas destacou sofrer de um problema de pele em consequência exposição ao sol de forma contínua, o que fez com que passasse a pescar com roupas compridas para se proteger dos efeitos do sol.

No eixo relação com grupos e instituições que atuam no contexto da pesca, Claudia afirma que participa das reuniões da Colônia de pescadores, assim como do Projeto de Educação Ambiental Pescarte.

3.4- Perfil e narrativa das entrevistadas da comunidade do Centro (Angélica e Madalena)

Angélica é nascida e criada no município de Quissamã e moradora da comunidade do Centro. É casada e possui seis filhos; nenhum manifesta, segundo ela interesse em seguir a profissão de pescador. Realiza a atividade pesqueira com o marido, mas já realizava a atividade de pesca desde criança, tendo aprendido com os pais o ofício. Ela afirmou ter obtido a carteira da marinha e o protocolo do RGP. Ela realiza a pesca em brejos, rios e lagoa.

A entrevistada estudou até a oitava série do Ensino Fundamental e por opção própria não deu continuidade aos estudos formais, por se sentir desmotivada.

Além da pesca, Angélica se dedica também à atividade agrícola (cultivo de hortaliças e roçado de pasto), evidenciando a presença da pluriatividade dentro da comunidade pesqueira, que se reforça entre pescadores artesanais na medida em que o processo de degradação ambiental dos ecossistemas tornam a prática pesca inviável como única fonte de renda familiar.

Sobre a rotina de trabalho na pesca, no momento da entrevista, a interlocutora relatou que não estava exercendo a atividade, devido ao dessecamento do brejo e do rio próximos a sua residência, onde ela realiza a pesca. Com a reversão da seca nestes ambientes, Angélica retomava no mesmo dia da entrevista o seu trabalho de pescadora.

Sobre a existência de conflitos na comunidade, Angélica relatou que muitos fazendeiros, que possuem propriedades à beira da lagoa, não permitem o livre acesso a ela (alguns colocam cerca elétrica para impedir os pescadores adentrarem à propriedade).

Em seu relato, Angélica destacou que na gestão municipal anterior os pescadores recebiam um defeso municipal, mas foi extinta em razão de questões legais. No entanto, a atual gestão não efetivou nenhuma política de atenção à pesca e aos pescadores artesanais. O defeso, ao qual a entrevistada se referiu, foi uma política pública municipal definida como “Frente de Trabalho”, que consistia no pagamento de um salário mínimo a todos os pescadores, cadastrados ou não cadastrados, na época do defeso, em troca de prestação de serviços públicos de limpeza de canais, rios e lagoas. Entretanto, o pagamento do benefício esbarrava em questões legais, haja vista que o pagamento era realizado por meio de um contrato temporário de prestação de serviço (RPA), vedado aos pescadores documentados por serem segurados especiais. A situação gerou transtornos e conflitos entre os agentes públicos municipais e os pescadores e foi extinta ainda na gestão anterior.

Sobre a condição de saúde, a situação é semelhante com as demais mulheres entrevistadas. Angélica relatou que utiliza pouco os serviços médicos e manifesta desconhecimento acerca das políticas públicas na área médica, voltada para os pescadoras e pescadores. A mesma relatou que há pouco tempo foi hospitalizada por conta de um “apagão” que os médicos diagnosticaram como anemia. Logo depois foi acometida de uma tosse. Foi indagada se os problemas de saúde descritos eram um impeditivo à realização do trabalho da pesca, mas ela não percebe vinculação com os esforços físicos realizados no processo de captura do pescado.

Em relação à questão ambiental dos rios e lagoas, Angélica relatou que estes ambientes vivenciam um processo de degradação ambiental que vem acarretando queda na quantidade de peixes disponíveis para captura.

Sobre a rotina da pesca, a entrevistada relatou que sai aproximadamente as cinco horas da manhã e retorna entre dez e onze horas; ao retornar, realiza a limpeza dos peixes, em conjunto com o seu esposo. Somente quando terminam o trabalho de processamento do pescado, começam outra rotina de trabalho, desta vez no cultivo da

horta. Na pescaria o marido rema e ela lança as redes. Atualmente possuem quinze redes.

No que tange à relação com os grupos e entidades ligados à pesca, a entrevistada informou que participa das reuniões da Colônia e já participou de uma reunião do Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte. Angélica relatou que uma vez foi questionada por um pescador sobre o porquê de estar frequentando a reunião da Colônia e ela respondeu que “estava lá porque era documentada”. A resposta oferecida pela pescadora à interpelação de um homem reforça uma ideia de pertencimento e reconhecimento da sua importância ao ocupar esses lugares de poder. Embora não haja um movimento efetivo de valorização da mulher pescadora, algumas delas, como é o caso de Angélica, assumem um questionamento acerca da situação e do contexto ao qual estão inseridas, almejando melhor condições de vida.

Madalena, última entrevistada, foi nascida e criada na comunidade de Beira de Lagoa; é casada, possui sete filhos e doze netos e quando do falecimento do seu esposo, com vinte e cinco anos de idade, percebeu a necessidade de trabalhar na pesca para sustentar os filhos. Atualmente é cadastrada no RGP. Tinha um barco do falecido marido que era pescador. Em seu relato, Madalena nos confidenciou que trabalhar na pesca não era parte de seus planos de vida até o falecimento do seu esposo. Somente o marido e seu filho exerciam, naquela época, a atividade de pescador profissional.

Assim como outras mulheres, Madalena concilia o trabalho na pesca com a lavoura como fonte complementar de renda. Quando perguntada acerca do seu grau de escolaridade, Madalena relatou que estudou até a antiga quarta série do Ensino Fundamental, quando desistiu dos estudos formais e nunca mais teve vontade de retornar à escola, por acreditar que a idade não permite tal empreendimento. Em relação à rotina da pesca, a entrevistada informou que a pescaria era exercida em parceria com o filho, que colaborava recolhendo a rede e remando o barco, enquanto ela se concentrava em soltar a rede na água.

Madalena relatou que a pesca é mais rentável que a agricultura, embora no passado havia mais fartura de peixe. Para ela, a escassez do pescado está relacionada com a pesca predatória que é consequência da pesca em período do defeso.

Madalena revelou que foi a primeira mulher pescadora a se documentar em Quissamã, na década de 90, feito que incentivado por um pescador que providenciou a

sua documentação pela Colônia de Macaé, haja vista que naquela época o município de Quissamã não possui Colônia de Pesca. Atualmente, Madalena está filiada à Colônia de Quissamã.

Madalena comentou que participa esporadicamente das reuniões da Colônia. Em relação ao trabalho na pesca, ela relatou que o trabalho de captura do pescado é uma rotina diária que começa às quatro horas da manhã para espalhar a rede e recolher na parte da tarde, para logo em seguida, em parceria com o filho, limpar o peixe recolhido na rede. Este trabalho é conciliado com as tarefas domésticas, que recebe a ajuda da nora. Em relação aos petrechos de pesca, Madalena não faz a manutenção, sempre paga pelos serviços.

Sobre situações geradoras de conflito, Madalena reforça a denúncia das demais pescadoras de ausência de fiscalização por parte do IBAMA na lagoa.

Quanto à questão relacionada à saúde, Madalena não relacionou nenhuma doença acometida com o seu trabalho na pesca, apesar de relatar que sente fortes dores na coluna.

Sobre a percepção que tem de sua relação com o ambiente da pesca, Madalena relatou que a profissão de pescadora artesanal proporciona prazer e bem-estar, além de autoestima por ter alcançado independência financeira e reconhecimento dos homens ao romper com barreiras impostas pelo preconceito sexista.

Em suma, a presente pesquisa evidenciou o labor e a luta das mulheres que exercem a atividade da pesca artesanal e alcançam independência econômica em meio a um contexto social de forte desvalorização da condição feminina e da invisibilidade da mulher na pesca. As entrevistadas exercem múltiplas identidades e jornadas de trabalho: pescam, cuidam da casa, dos filhos e dos maridos e ainda exercem atividades extras para complementar a renda. O acesso à educação formal é uma exceção devido à uma gama de fatores de vulnerabilidade social. Neste contexto, a educação informal, dentro das comunidades tradicionais, passa a desempenhar um papel fundamental para a manutenção dos saberes tradicionais e intergeracionais.

A narrativa das mulheres da pesca de Quissamã conduziu a perspectiva de que seu tempo é conciliado pela realização de diversas tarefas e sua inserção na pesca ou em outras atividades ocorre devido à necessidade de contribuir para o orçamento familiar, mesmo que suas atividades não tenham o mesmo valor social que àquelas exercidas

pelos homens. Outro fator importante a destacar é a baixa participação das mulheres nos espaços de decisões coletivas que corrobora para perpetuação de uma lógica de dominação patriarcal dominante no ambiente da pesca, na qual o homem está no centro das decisões, relegando à mulher ao silêncio e a invisibilidade.

Maneschy et al (2012) ao estudar a temática da pesca na interface com as questões de gênero, subordinação e empoderamento, consideram que a luta das mulheres na reivindicação de direitos para si deve ser uma constante e isso implica em questionar a ordem simbólica de gênero e denunciar os mecanismos de subordinação e opressão de gênero. Sendo assim, os resultados alcançados na pesquisa revelam a urgência na implementação de políticas públicas que combatam as desigualdades globais de renda e riqueza, com enfoque no gênero, ressignificando as relações de poder.

A convivência com as mulheres que atuam na atividade pesqueira no município de Quissamã passou por dois momentos que para mim são de ruptura. No primeiro momento, enquanto educadora socioambiental do projeto PEA Pescarte, eu enxergava estas mulheres como trabalhadoras, mas sem levar em consideração as questões ligadas ao gênero que interferem no trabalho e nas relações.

A partir da minha imersão no campo como pesquisadora, o meu olhar sobre essas mulheres foi sendo ressignificado, por meio das leituras temáticas e dos grupos de estudos do Projeto Mulheres na Pesca, quando pude vislumbrar novos caminhos para a compreensão de uma realidade que sempre esteve presente, mas que não era percebida.

A condição de ser mulher por si só coloca elas em desvantagem em relação aos homens. As mulheres que fazem a captura não são respeitadas em seus locais de trabalho, há uma demarcação simbólica do território com práticas de constrangimento, onde os homens almejam ocupar os melhores locais de pesca. O que se evidencia é uma disputa desigual pela ocupação dos espaços e quando os homens se sentem ameaçados, as mulheres são oprimidas.

As mulheres que realizam o beneficiamento passam por iguais situações de opressão e desvalorização, a começar pela compra do pescado. Quando as mesmas precisam comprar o pescado, o que lhes é oferecido é o produto inferior; o melhor pescado é vendido para o atravessador. A quantia que as mesmas recebem para realizar a atividade de beneficiamento é muito aquém do que deveria ser pago, simplesmente por

ser o beneficiamento e processamento uma atividade feminina, e nas condições nas quais elas realizam a atividade são precárias.

Em sua maioria, as mulheres precisam conciliar as tarefas domésticas com o trabalho remunerado. Realizar a captura, o beneficiamento, tomar conta dos filhos, organizar a limpeza da casa, o almoço e jantar, são tarefas cotidianas que se misturam. Cabe à mulher ser polivalente para dar conta das demandas. Não há uma divisão justa do trabalho e esta está longe de acontecer. Neste sentido, Alves (2016) reforça que é necessário criar políticas públicas que garantam às mulheres condições de exercerem suas atividades fora do contexto familiar, mas na prática é um objetivo distante. Não há oferta de escolarização formal na comunidade, seja para elas, na Educação de Jovens e Adultos – EJA ou creches para seus filhos.

As condições insalubres e a baixa remuneração do trabalho exercem uma totalidade na vida dessas mulheres. As mesmas abrem mão de um lazer aos finais de semana se precisarem entregar uma quantidade de pescado beneficiado ou realizar a captura, diferente dos homens que, aos finais de semana, se reúnem em ambientes de lazer, como bares, praça ou na igreja para usufruírem de momentos de distração e relaxamento; abrem mão de cuidar da saúde de forma preventiva, relegando tudo que não está relacionado ao trabalho imediato a segundo plano.

As mesmas reconhecem que possuem rotinas de vida desgastante, e aquelas que têm filhos almejam um futuro diferente para eles, justificando que fazem todo esse esforço para que os filhos (as) sigam caminhos diferentes. Ao mesmo tempo, valorizam a pesca enquanto fonte de reconhecimento social e independência econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se propôs a tarefa de identificar quem são as mulheres que atuam na atividade pesqueira e onde elas se localizam territorialmente no município de Quissamã. A partir dali a tarefa principal consistiu em analisar os espaços que elas ocupam e conhecer como se constituem as relações de trabalho e os caminhos e entraves para ganhar reconhecimento e se constituir em sujeitos de direito. Como objetivos específicos, procurou-se conhecer características e desafios da condição feminina na atividade pesqueira; como as mulheres se apropriam do trabalho; que posições elas exercem neste contexto; e identificar os papéis por elas desempenhados.

Um breve histórico da ocupação do município nos revela que o processo se deu em meados do século XVII por meio da doação das terras aos capitães militares e portugueses, constituindo-se a mão de obra escrava associada à criação de gado e de cultivo de cana de açúcar como as atividades econômicas estruturantes e maior fonte riqueza da região até adentrado o século XX. A grande propriedade açucareira associada à industrialização do setor promovida durante o período do Império consagrou 50 anos de desenvolvimento interrompido pela crise de 1929 que gerou um longo período de estagnação econômica que coincide com o cenário regional, nacional e mundial.

A partir do último quarto do século XX, o cenário econômico e político da região ganhou novos contornos vinculado ao surgimento do ciclo do petróleo e seus impactos na reestruturação do território. A emancipação do município foi influenciada pela possibilidade de recebimento de Royalties do Petróleo, haja vista que esse recurso, desde seu recebimento, vem sendo direcionado para revitalização de atividades tradicionais, agrícolas, turísticas e para alguns setores, em destaque a saúde e a educação.

Neste cenário, o Plano Diretor municipal, realizado em 2005, bem como o Diagnóstico Participativo realizado em 2012 já revelavam os pescadores artesanais como o grupo social mais impactado pelas atividades petrolíferas. Apesar da pesca ser uma atividade secular e sempre existir no município, a atividade recebe pouco ou quase nada de incentivo no município e não é alvo das políticas públicas de governo.

Na cidade houve um investimento na preservação da memória e cultura do povo quissamaense, por meio da valorização patrimonial da época áurea do açúcar,

especialmente direcionadas a restauração dos antigos casarões, das fazendas de engenho, das igrejas e demais pontos históricos da cidade, ao passo que a tradição da pesca ficou negligenciada do novo repertório da memória cultural do município, sendo até omitida nas escolas, ainda que algumas sejam localizadas em comunidades onde a pesca é a principal fonte de renda.

A hipótese da invisibilidade nesta dissertação teve a intenção de evidenciar o fato de que as atividades que as mulheres exercem na pesca artesanal em Quissamã são invisíveis, tanto para elas quanto para a sociedade em geral, por ser negativamente identificadas como “não trabalho” ou como complemento das atividades exercidas pelos homens. Nesse sentido, dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho feminino neste setor produtivo consiste, dentre outras tarefas pendentes, em promover uma reflexão sobre os lugares de gênero que estas mulheres ocupam enquanto pescadoras e como estas se legitimam. Em definitiva esta dissertação indagou como elas se percebem no cenário da pesca artesanal, como identificam sua realidade e lutam ou não pelo seu reconhecimento e emancipação social.

Atualmente na estrutura municipal de Quissamã, o setor da pesca funciona como parte integrante da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, revelando uma conjuntura que corrobora para o enfraquecimento da classe. Por meio da entrevista com o secretário municipal desta pasta, em exercício no momento, foi possível compreender a fragilidade do setor no município, confirmando a condição de vulnerabilidade dos pescadores. Por sua vez, os dados da Colônia de Pescadores revelaram que o quantitativo de mulheres cadastradas não está de acordo com a realidade do município. Esta situação revela a necessidade de problematizar como é construída a identidade profissional e a construção social desta atividade tradicional no município.

A construção da identidade profissional das pescadoras perpassa por processos sociais. A Colônia, enquanto uma instituição que regula a atividade pesqueira, deveria fortalecer as demandas da classe, entretanto, cristaliza e reforça estereótipos em suas práticas. É perceptível a diferenciação do trato entre os pescadores. Entre os próprios pescadores essa diferença é nítida: os marítimos se acham mais corajosos e profissionais por exercerem a atividade em mar aberto, pelo tamanho das embarcações, quantidade de pescado capturado e complexidade da atividade.

Ao descreverem os pescadores lagunares sempre se referem como pescadores não profissionais, devido ao tamanho das embarcações consideradas de pequeno porte e ao tipo de artes de pesca, entre outros. De fato, não há uma valorização e reconhecimento por parte dos pescadores e nem pela instituição de seus pares lacunares. E neste contexto a situação da mulher ainda é pior, elas acabam ficando invisíveis, pois os homens reproduzem a lógica patriarcal. Assim, as mulheres que pescam com seus esposos veem sua labor como algo secundário e inferior, ainda que exerçam o mesmo papel ou até mais importante dentro da embarcação.

A Colônia de Pescadores é presidida por uma mulher desde a sua criação, há exatamente 10 anos. Apesar de constar na organização da instituição mulheres no quadro da administração, em todo esse tempo nenhuma mulher foi estimulada ou capacitada para ocupar o posto da presidência.

Nas reuniões as quais eu presenciei enquanto pesquisadora pude observar as mulheres casadas se sentarem ao lado dos seus respectivos esposos e as demais se sentarem dispersas, quase nunca ocupando as primeiras cadeiras da plenária. Nos momentos de fala, as mesmas permanecem caladas e nas votações concordam com as escolhas da maioria.

A atividade pesqueira no município de Quissamã é realizada nas localidades de Barra do Furado, Beira de Lagoa e Centro e as mulheres destas comunidades testemunharam ao longo das entrevistas algumas semelhanças e peculiaridades locais. As mulheres que exercem a atividade pesqueira na Barra do Furado convivem em um ambiente marítimo cercado de embarcações de médio e grande porte e a presença masculina toma conta de todos os espaços. Na comunidade há mulheres que não trabalham na captura, mas beneficiam o pescado. Elas, uma vez, tentaram se organizar por meio de uma associação, mas não obtiveram êxito, devido a questões pessoais e administrativas.

A questão central revelada por meio das entrevistas já foi apontada por vários pesquisadores, ao descrever como na pesca artesanal as estruturas sociais reforçam e garantem a manutenção da desvalorização do trabalho feminino. As entrevistadas carregam em suas falas a memória e a vivência da exploração cotidiana. Elas lidam diariamente com a rotina do lar, cuidado com os filhos, com os doentes e não são remuneradas, o que, na maioria das vezes, as fazem trazer o trabalho remunerado,

beneficiamento e processamento do pescado, para dentro de suas casas, para dar conta de todas as atribuições que lhes são conferidas.

A questão que se coloca é também que esses trabalhos realizados em “fundos de quintais” reproduzem um modelo de trabalho insalubre, desvalorizado e mal remunerado criando um círculo de exploração que parece não ter solução. Em contrapartida, o poder público e as lideranças políticas não promovem nenhuma política pública que aspire quebrar com esse círculo. A falta de creche para receber as crianças em idade escolar, a criação de espaços de trabalhos coletivos, como cooperativas, para estimularem o trabalho justo estão distantes da realidade destas mulheres e das consignas e imaginário político de seus representantes.

Deve-se destacar, entretanto que a compreensão dos conflitos relacionados à ocupação desordenada dos espaços e apropriação indevida dos recursos naturais são questões pautadas de forma recorrente que sim marcam fortemente a trajetória dessas comunidades e suas lutas e reivindicações ao poder público. No município, na comunidade de Beira de Lagoa banhada pela Lagoa Feia, é perceptível a apropriação indevida dos espaços de toda a margem da lagoa a qual é cercada por propriedades, ao passo que os pescadores e demais membros da comunidade tem restrito o acesso. As entrevistadas ao serem indagadas sobre o acesso à lagoa, relataram achar normal ter que “pedir permissão aos fazendeiros para entrar”, entretanto uma entrevista manifestou um estranhamento da questão e identifica como uma situação problema e geradora de conflito.

Cabe destacar que a luta pelo acesso lagunar está presente no município desde sua criação, um território onde os fazendeiros ainda possuem grande prestígio social e exercem influência na política local. Há um misto de poder, subserviência e troca de favores enraizados nas comunidades, ao passo que romper com essas práticas locais ainda está longe de se tornar uma realidade no município.

Diante do exposto, cabe ainda ressaltar que a metodologia se mostrou eficaz no sentido de compreender os lugares que as mulheres ocupam na pesca artesanal a partir da perspectiva de gênero, considerando suas narrativas. A coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas possibilitou uma maior proximidade entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, de modo que a participação das entrevistadas ocorreu de forma dinâmica permitindo dar voz às diferentes histórias de vida.

Ainda na perspectiva do trabalho das mulheres na atividade pesqueira, sobra um conjunto de questões a serem discutidas e problematizadas. Além da identidade profissional outras questões se transpõem como a questão da falta de acesso a saúde, dado que muitas delas exercem suas atividades em condições insalubres e não tem acesso ao cuidado preventivo da saúde. Este fato se vê agravado por elas realizarem suas atividades na extensão de seu lar e nesse sentido possuem dificuldades de relacionar os problemas ocasionados ao seu trabalho laboral.

Os resultados indicam que existem diferenças na forma como as pescadoras solteiras realizam suas atividades em relação às casadas. As solteiras são mais perceptíveis de suas atividades como profissionais, ao passo que as casadas veem mais como um complemento, um tipo de ajuda.

Um ponto a se pensar está relacionado à questão trabalhista dessas mulheres. As que possuem documentação estão de certa forma amparadas e terão acesso a aposentadoria se permanecerem com a documentação em dia conforme protocolo. Entretanto, há um expressivo quantitativo de mulheres exercem a atividade sem o reconhecimento legal; a essas, é relegado o direito social de receber qualquer auxílio por questões de doença ou até mesmo se aposentarem.

A partir das narrativas das entrevistadas e dos resultados desta pesquisa surgem algumas indagações ainda pendentes e que podem direcionar novas pesquisas. Como fazer com que essas mulheres transformem a sua realidade e consigam romper com a visão enraizada e superficial incutida em suas histórias de vida sobre as desigualdades de gênero?

As políticas públicas sugeridas para mudar esse cenário atendem de fato a realidade dessas mulheres e suas expectativas ou são políticas de mercado?

O futuro dessas mulheres está fadado a uma questão longe de ser resolvida ou existem alternativas? Por onde passa a possibilidade de melhoria dessa condição?

Desde minha ótica, o bem-estar social dessas mulheres se evidenciou comprometido estruturalmente pelo enraizamento de uma lógica dominante excludente num cenário complexo e pouco auspicioso para a democratização das relações de poder e a emancipação e melhoria imediata de sua condição. Entretanto, signos novos e pontos positivos foram observados e apontados nesta dissertação. Desta forma espera-se que as reflexões aqui presentes possam contribuir para o estímulo de um debate público e

um agendamento político na escala local e regional acerca da condição das mulheres na atividade pesqueira que, como observado, apesar de algumas ações coletivas e pequenos avanços registrados carecem ainda da compreensão e solidariedade das instituições do setor e dos atores políticos tradicionais caracterizando, conseqüentemente, a ausência de iniciativas cidadãs e de políticas públicas que deem a elas o protagonismo merecido e condições de serem sujeitos de sua própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: Um estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Brasília, Universidade de Brasília, 1991.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da Equidade de Gênero no Século XXI. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.24, n.2, p.629-638, jun. 2016.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS/ANP. **A saúde das pescadoras artesanais. Atividades de pesca: mariscagem e pesca em mar aberto**. Salvador: Editora MS/CGDI, 2018.

BARROS, M.E.D.O **controle social e o processo de descentralização dos serviços de saúde**. In: Incentivo à Participação Popular e Controle Social no SUS: textos técnicos para conselheiros de saúde. Brasília: IEC, 1998.

Brasil. **Lei n.8.142 de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acessado em: 16/09/2018

BECK, A.M(1991) – Pertence à Mulher: Mulher e Trabalho em comunidades pesqueiras de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, 7(10):8-24, Florianópolis, SC, Brasil.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina/Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kuhner. – 5ª ed.-Rio de Janeiro : Best Bolso, 2017.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca artesanal**. Brasília, 2014. Disponível em: < <http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca/artesanal>>. Acesso em: 23 maio de 2018.

_____. **Constituição Federal, 1988**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e revoga a Lei nº 7.769, de 23 de novembro de 1988 e dispositivos do decreto – lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília/DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 16 maio de 2018.

_____. **Nota Técnica CGPEG/ DILIC /IBAMA nº01/10**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, 2010.

_____. **Decretos relacionados a pesca e aquicultura** / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015 .231 p. – (Série legislação ; n. 137)

_____. **Legislação pesqueira**.2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 71 p.

_____. **Legislação sobre pesca e aquicultura: dispositivos constitucionais, leis e dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados a pesca e aquicultura/ Câmara dos Deputados**. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 231 p.

BRITO, Carmem Imaculada de. **Uma abordagem Sócio Histórica do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP)**.157 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Campos dos Goytacazes, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016. Disponível em: <http://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/teses/doutorado/2016-2/>. Acesso em:10 de agosto de 2018.

CASTRO, Demian Garcia: Patrimônio e Geografia: Tecendo Relações a partir do Município de Quissamã/RJ. **II Encontro de Grupos de Pesquisa**. Uberlândia, MG, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ed. Ática, 1983, 30p.

GARCIA,N.M.; YUNES, M.A.M.; CHAVES, P.F.; SANTOS, L.O. Educando Meninos e Meninas: Transmissão Geracional da Pesca Artesanal no Ambiente Familiar. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 25(2): 93-112, 2007.

GASKELL, George. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP,1991.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Anima Educação - EAD - Educação a Distância, 2014.

HELLEBRANDT, Luceni. Cercamento da Lagoa. In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia (coordenadora). **Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais dos municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas**. 2019. Disponível em: <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php>

HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOBSBAWM, E. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.de S; FRANCO, F.M. de M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 2922 p.

KERGOAT, Daniele. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.67-77.

LEITÃO, M.R.F.A. Gênero, pesca e cidadania. Amazônica **Revista de Antropologia**, 5(1):100-115, Belém, Pará, 2013.

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D. E ÁLVARES, M. L. **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento Estudos Feministas**. Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012.

MANESCHY, Maria Cristina. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. **Seminário Internacional sobre Pesca Responsável**, Beberibe-Ceará, 1997. In: Revista Proposta nº 84/85 – março/agosto de 2000.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n3, p.713-737, set. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria . **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

MARRUL FILHO, Simão. **Crise e Sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. Brasília: IBAMA, 2003.

MARTINS, Paula Mousinho; MARTINEZ, Silvia Alicia; AZEREDO, Luana dos Santos. **A Educação Ambiental no Processo de Licenciamento de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás**. In: TIMÓTEO, Geraldo (org.). Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 15-34.

MARTINEZ, Silvia Alicia. **Resumo executivo do Projeto Mulheres na Pesca**. Campo dos Goytacazes: FUNBIO, 2017.

MESQUITA, Paulo Sérgio Belchior, TIMÓTEO, Geraldo Marcio. **Mapeamento da Pesca Artesanal na Bacia Sedimentar de Campos -RJ : Confiabilidade da Pesquisa** . In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio (org.). Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente. 2 ed. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Trabalhadeiras e Camarados: um estudo sobre os status da mulher numa comunidade de pescadores**. Dissertação (Mestrado em antropologia) - Brasília: Universidade de Brasília - UnB, Departamento de Antropologia, 1977.

NEVES, Rafaela Almeida. Um estudo sobre a relação entre território quilombola e políticas públicas de cultura no município de Quissamã, RJ 175f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2016.

PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO, Olaya Fernández. O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil). **História Oral**, v. 2, n. 14, p. 173-197, jul.-dez, 2012.

PAULILO, Maria Ignez. O Peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, 5(28):64-70, 1987.

SOMA. **Relatório final do Diagnóstico Participativo do PEA- BC**. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2014. Disponível em http://www.peabc.ibp.org/arquivos/secoes/60_relalprio_pea_bc_rev.04_final.pdf. Acesso em 20 de março de 2019.

PEREIRA, Maria Odete da Rosa. **Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos**. Plano de Trabalho 2 fase – PEA FOCO. Campos de Peregrino. Julho de 2013.

PETROBRAS. **Atividade de Produção de Petróleo e Gás no Âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta da Bacia Sedimentar de Campos – TAC-BC**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Relatório Final do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia Sedimentar de Campos**. Rio de Janeiro, 2012.

PINTO, Ana Beatriz Manhães. **Desemprego e Políticas Sociais em Quissamã: O Desafio do Desenvolvimento com Cidadania**. 94f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades - Campos dos Goytacazes, RJ – Universidade Candido Mendes – UCAM, 2006.

PEA-BC.IBP. **Programa de Educação Ambiental da Bacia Sedimentar de Campos – PEA-BC**. Apresentação, 2019. Disponível em: <http://www.peabc.ibp.org.br>. Acesso em 16 de maio de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovai. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica**. 3. ed. Recife: Ed. SOS Corpo, 1996.

SILVA, L.G.S. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: CEMAR, USP, 1993, 145p.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito: Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séc. XVII ao XIX)** Campinas, SP: Papirus, 2001.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010.

SORJ, Bila. **Os cuidados coma família e as desigualdades de gênero e de classe**. In **Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo**. COSTA, Albertina; ÁVILA,

Maria Betânia; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica (Orgs.). Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, 2010. pp. 57 - 65.

TIMÓTEO, Geraldo Marcio. **Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do meio ambiente**. Campos dos Goytacazes, RJ: FUNDENOR, 2016.

TCE-RJ. Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios**, 2017. Disponível no sítio <http://www.tce.rj.gov.br>.

ZALUAR, A. **Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas**. In: CARDOSO, R. (Org.) A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 107-123, 1986.

ANEXO I

Roteiro da Entrevista

História de vida: por meio do relato identificar a quantas gerações a pesca está presente na vida, como iniciou na atividade, identificar o surgimento de situações geradoras de conflitos e/ou impactos socioambientais, sejam eles a partir de uma política governamental e/ou atividades econômicas. Identificar se em algum momento da vida a pesca foi melhor ou pior, explorar as causas.

Eixos explorados:

Uso do Tempo

Objetivos: investigar o uso o tempo e atividades produtivas e atividades reprodutivas como administra o tempo entre as tarefas da atividade pesqueira e as atividades domésticas; descrição da rotina (horas que acordou e outras horas de relógio x tempo natural, marés, ventos, chuvas.... como influenciam no cotidiano)

Educação

Objetivos: identificar os processos de educação formal e informal (acesso ao ensino formal, cursos de formação pertinentes à atividade e/ou geração de renda, mesmo quando não ligada à atividade pesqueira, investigar a transmissão de conhecimento intergeracional)

Saúde

Objetivos: Investigar o acesso aos serviços de saúde (investigar a estrutura da comunidade para os serviços de saúde e locais de acesso), problemas de saúde em detrimento da realização da atividade pesqueira.

Documentação /regulamentação pesqueira

Objetivos: investigar os documentos que comprovem a atividade pesqueira, como conseguiu, se houveram problemas para conseguir; investigar a relação de documentação e previdência – acesso ao seguro defeso, estimativa de aposentadoria.

Relação com outros grupos que exercem a atividade pesqueira

Objetivos: investigar as relações com outros grupos, se existe cooperação/competição; investigar as formas de associativismo experiências de cooperativas, etc.

Relação com as entidades regulamentadoras da pesca

Objetivos: investigar os órgãos fiscalizadores da atividade pesqueira na comunidade, a relação com esses órgãos e percepção da atuação desses órgãos na comunidade.